

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

ROBERT LEE BORGES DE PAULA VIDIGAL

OPINIÃO PÚBLICA SOBRE AÇÕES AFIRMATIVAS: EFEITOS DO AFETO  
RACIAL, ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL, PREDISPOSIÇÕES POLÍTICAS E  
CONHECIMENTO POLÍTICO NA VISÃO DOS BRANCOS.

Brasília

2016

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

ROBERT LEE BORGES DE PAULA VIDIGAL

OPINIÃO PÚBLICA SOBRE AÇÕES AFIRMATIVAS: EFEITOS DO AFETO  
RACIAL, ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL, PREDISPOSIÇÕES POLÍTICAS E  
CONHECIMENTO POLÍTICO NA VISÃO DOS BRANCOS

Dissertação apresentada ao  
Instituto de Ciência Política da  
Universidade de Brasília para a  
obtenção do título de Mestre em  
Ciência Política.

Orientador: Prof. Ph.D. Mathieu Turgeon

Brasília

2016

*“ Every opinion is a marriage of information  
and predisposition: information to form a  
mental picture of the given issue, and  
predisposition to motivate some conclusion  
about it”*

John Zaller

## **AGRADECIMENTOS**

Esta dissertação nunca poderia ser escrita, sem o apoio da minha família, amigos e professores. Eu gostaria de agradecer aos meus pais que sempre acreditaram nos meus sonhos e na importância do meu trabalho. Eu gostaria de agradecer aos amigos que fiz em Brasília e que sempre estavam prontos para ajudar e me apoiar nos momentos difíceis da vida e da pós-graduação. Eu gostaria de agradecer aos professores da Universidade de Brasília que me apoiaram e me inspiraram na realização desta dissertação, especialmente ao meu orientador Professor Mathieu Turgeon, pela sua amizade, paciência e confiança.

## **RESUMO**

Recentemente no Brasil, políticas públicas começaram a ser implementadas para combater a discriminação e promover os grupos sociais que vem sendo excluídos devido a uma característica individual específica: a raça. Porém, a opinião pública sobre tais políticas não é consensual: especialmente entre os brancos. Neste trabalho, examino o grau de não apoio dos alunos universitários brancos sobre as ações afirmativas e suas atitudes raciais. Logo, a partir do teste empírico e novos métodos de pesquisa para o estudo de assuntos socialmente sensíveis, pergunto, tais atitudes raciais emanam do afeto racial negativo, do conflitos entre grupos sociais ou ainda refletem apenas predisposições políticas? E qual a relação entre conhecimento político e tais atitudes? O experimento de lista é utilizado pelo seu potencial de anular os incentivos de subrepresentação de opiniões e atitudes, pois permite questionar indiretamente os entrevistados, garantindo uma maior sinceridade em suas respostas, resultando em opiniões mais verdadeiras. O experimento de lista mostra que o efeito de deseabilidade social é alto e apenas 6% dos respondentes brancos concordam verdadeiramente com a importância da política de reserva de vagas para negros na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Os resultados mostram que maior conhecimento político aumenta o apoio às cotas raciais e organiza de maneira coerente as atitudes raciais individuais. Como também indicam que o afeto racial e as predisposições políticas continuam a ser parte dos determinantes das atitudes dos estudantes brancos contra as políticas de ações afirmativas.

**Palavras-chave:** Ações afirmativas, atitudes raciais, conhecimento político, experimento.

## **ABSTRACT**

Recently in Brazil, public policies began to be implemented to reduce discrimination and promote the social groups that have been excluded due to a specific individual characteristic: race. However, public opinion on such policies is not consensual: especially among whites. In this work, I look at the number of opponents of affirmative action among white college students, and their racial attitudes, thus, with new research methods for the empirical study of socially sensitive issues, I ask, are these racial attitudes stemming from negative racial affection, conflicts between social groups or reflect the individual political predispositions? And more, what is the relationship between political knowledge and such racial attitudes? The list-experiment is used for its potential to offset the under-representation of opinions and attitudes, as it allows the respondents to be indirectly questioned, ensuring greater sincerity in their answers, hence, resulting in more true opinions. The list-experiment shows that social desirability is strong and only 6% of white respondents agreed with the importance of quotas policy for blacks at the Federal University of Santa Catarina (UFSC). The results show that higher political knowledge increases support for racial quotas and organizes coherently individual racial attitudes. As also they indicate that racial affection and political predispositions remain part of the determinants of the white students attitudes against affirmative action policies.

**Keywords:** Affirmative action, racial attitudes, political knowledge, experiment.

## SUMÁRIO

<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	4
<b>RESUMO</b> .....	5
<b>ABSTRACT</b> .....	6
<b>LISTA DE FIGURAS</b> .....	8
<b>LISTA DE TABELAS</b> .....	9
1. INTRODUÇÃO .....	9
2. AÇÕES AFIRMATIVAS E RELAÇÕES RACIAIS.....	14
2.1. INTEGRAÇÃO E VERTICALIZAÇÃO .....	18
2.2. RAÇA, RACIALIZAÇÃO E RACISMO .....	20
3. AFETO RACIAL, ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL E PREDISPOSIÇÕES POLÍTICAS.....	23
3.1. AÇÕES AFIRMATIVAS NA REALIDADE BRASILEIRA.....	29
3.2. CONHECIMENTO POLÍTICO E ATITUDES RACIAIS .....	31
4. MÉTODO .....	33
4.1. DESENHO EXPERIMENTAL.....	37
4.2. DADOS E PROCEDIMENTOS .....	42
5. RESULTADOS.....	44
5.1. EXPLICANDO A DESAPROVAÇÃO DAS COTAS RACIAIS: MODELOS MULTIVARIADOS.....	47
5.2. O PAPEL DO CONHECIMENTO POLÍTICO .....	53
6. DISCUSSÃO .....	62
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	64
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	67
ANEXO I .....	78
ANEXO II.....	85
ANEXO III .....	86

## **LISTA DE FIGURAS**

Gráfico 1: Modelo multivariado para a Teoria do Racismo Simbólico .....	50
Gráfico 2: Modelo multivariado para a Teoria da Dominância Social.....	51
Gráfico 3: Modelo multivariado para a Teoria das Predisposições Políticas.....	52
Gráfico 4: Modelo interativo entre Racismo Simbólico e Conhecimento Político	56
Gráfico 5: Modelo interativo entre Dominância Social e Conhecimento Político	57
Gráfico 6: Modelo interativo entre Predisposições Políticas e Conhecimento Político.....	60



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Teste para Efeito de Desenho do Experimento de Lista (Lista Longa) .	44
Tabela 2: Teste para Efeito de Desenho do Experimento de Lista (Lista Curta) ..	45
Tabela 3: Dados observados do Experimento de Lista (Lista Longa).....	46
Tabela 4: Média estimada de apoio às cotas raciais na UFSC pelos autodeclarados brancos.....	46
Tabela 5: Estimativas para a Teoria do Racismo Simbólico.....	47
Tabela 6: Estimativas para a Teoria da Dominância Social.....	48
Tabela 7: Estimativas para a Teoria das Predisposições Políticas.....	49
Tabela 8: Estimativas para a Teoria do Racismo Simbólico e Conhecimento Político.....	54
Tabela 9: Estimativas para a Teoria do Dominância Social e Conhecimento Político.....	54
Tabela 10: Estimativas para a Teoria do Predisposições Políticas e Conhecimento Político.....	55



## 1. INTRODUÇÃO

Raça, racismo e discriminação invocam processos que são produzidos na dinâmica das relações sociais. A “raça” não é uma condição biológica como a etnia, mas uma condição psicossocial e política, a qual é criada e reiterada em jogos de forças e processos sociais. Raça é um conceito controverso, sensível e importante, pois as pessoas continuam a classificar e tratar as outras de acordo com estereótipos e ideias socialmente estabelecidas, além das relações raciais serem de extrema importância na organização social e evolução das sociedades modernas (TELLES, 2004).

Atualmente no Brasil, políticas públicas antirracistas começaram a ser implementadas para promover a inclusão dos grupos sociais que vem sendo excluídos devido a uma característica individual específica: a raça. O formato dessas políticas pode variar da criação de cotas para promoção dos negros, até medidas mais universalistas de redução do número de pobres, dos quais a maioria é composta de negros (pretos e pardos) no Brasil (TELLES e BAILEY, 2002).

Neste trabalho, examino o grau de não apoio dos alunos universitários brancos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) sobre as ações afirmativas e suas atitudes raciais, isto é, o conjunto de crenças e cognições dotados de carga afetiva positiva ou negativa acumulados por meio da experiência e que exercem influência sobre as respostas dos indivíduos a situações ou objetos especificamente raciais (BODENHAUSEN e RICHESON, 2010).

Atitudes contra as ações afirmativas (AA) são moderadas por uma variedade de argumentos de valores políticos, os quais incluem as seguintes ideias: que a ação afirmativa consiste em uma política preferencial injusta; que é uma discriminação inversa; e que estigmatiza as próprias pessoas que pretende ajudar (BOBO, 1999; SEARS ET AL., 1997).

Por mais de três décadas, pesquisadores de três escolas de pensamento propuseram teorias concorrentes para explicar a oposição às políticas raciais nos Estados Unidos. Um primeiro conjunto delas, afirma que o "*old-fashioned racism*" que preconizava a inferioridade biológica e explícita foi substituído por uma nova forma de racismo, chamada de “racismo simbólico” (KINDER e SEARS, 1981; SEARS, 1988; SEARS e KINDER, 1971) ou “racismo moderno” (MCCONAHAY, 1986). Uma segunda perspectiva da literatura enfatiza conflitos entre grupos sociais decorrentes de desigualdades estruturais, como a teoria do “conflito de grupos” (BOBO, 1988), “posição de grupos” (BOBO, 1999), ou teoria da “dominância social” (PRATTO ET AL., 1994; SIDANIUS, LEVIN, RABINOWITZ e FEDERICO, 1999).

Enquanto, uma terceira teoria invoca as “predisposições políticas”, como ideologia e valores políticos, tamanho e papel do estado (SNIDERMAN e CARMINES, 1997; SNIDERMAN e PIAZZA, 1993).

Tais teorias apresentadas resultam de estudos e debates realizados em uma sociedade definida como “bi-racial”, com base na ascendência racial (TELLES, 2004). Pois enquanto nos Estados Unidos usa-se o conceito da ‘gota de sangue’ (*one-drop rule*), no Brasil se celebra a ambiguidade racial. A miscigenação racial faz parte do conjunto de crenças dos brasileiros, a qual faz parte da metáfora da nação brasileira e caracteriza as relações raciais no País. (TELLES, 2004). Mas, *como tais teorias se expressam numa sociedade multirracial em que o universo de cores da pele se encontra em um continuum com mais de centenas classificações?*

Logo, pergunto, *as atitudes contra as políticas afirmativas dos estudantes brancos, como as cotas universitárias raciais, emanam de uma nova forma de racismo baseada em processos psicológicos (preconceito, estereótipos negativos e discriminação), ou da expressão de conflitos entre grupos (ressentimento intergrupo, desvalorização de exogrupos, dominação social) ou ainda refletem apenas predisposições políticas?*

As três teorias possuem evidências empíricas e, muito provavelmente, cada uma explica uma parte da oposição dos brancos às AA, porém, a forma com que o desenvolvimento econômico, político e societário ocorreu no Brasil impulsionou o surgimento de assimetrias sociais estruturais, que por sua vez geraram agrupamentos de interesse. Assim, o epicentro da desaprovação das ações afirmativas seria devido a crenças sobre a hierarquia social e seu funcionamento, junto com a resistência na mudança do *status quo* racial e ressentimentos intergrupais.

A teoria do racismo simbólico não se deslocaria bem para o Brasil, pois é formulada sob valores sacros da sociedade americana de individualismo, esforço próprio, ética do trabalho puritana, não se adequando à realidade brasileira. A teoria das predisposições políticas tampouco teria força no Brasil, pois esta teoria foca nos motivos políticos e ideológicos, porém, noções e atitudes sobre ideologia, individualismo, papel e tamanho do estado não são claras para todos os indivíduos, uma vez que o conhecimento político é baixo em todo o público em geral (BARTELS, 1996; LUSKIN, 2002; OLIVEIRA E TURGEON, 2015).

Consequentemente, sofisticação ou conhecimento político é uma variável a ser considerada e é uma das principais nos estudos de comportamento político, uma vez que

algumas pessoas prestam mais atenção à política (e temas políticos) e entendem melhor como ela funciona, isto é, essas pessoas tendem a ser mais sofisticados politicamente do que outros e isso implica em atitudes políticas diferentes (ALTHAUS, 1996). Trabalhos mostram que indivíduos com alto conhecimento político são mais capazes de formar opiniões consistentes com as suas predisposições políticas (CONVERSE, 1964; DELLI CARPINI e KEETER, 1996; ZALLER, 1992) e uma maior adoção das normas democráticas como a tolerância política e a redução do preconceito (BOBO e MASSAGLI, 2001; OLIVER e MENDELBERG, 2000; ROBINSON, 2015).

Outras simulações estatísticas mostram que o conhecimento político afeta as atitudes e o voto (ALTHAUS, 1996, 1998; BARTELS, 1996; DELLI CARPINI e KEETER, 1996). GILENS (2001), por meio de *surveys* e experimentos, observa que o conhecimento detalhado sobre determinadas políticas públicas induz os entrevistados a tomar decisões diferentes das que tomariam caso não tivessem tal conhecimento. Por essa razão, existem evidências para investigar a relação entre conhecimento político e atitudes raciais. Assim, a hipótese aqui é que conhecimento político irá organizar de maneira coerente as atitudes raciais, isto é, de acordo com as preferências individuais dos respondentes.

Ainda que, no ambiente acadêmico, a temática das ações afirmativas tenha ganhado algum espaço nos últimos anos no Brasil, sobretudo a partir do sancionamento da Lei de Cotas (LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012), pouco se sabe sobre o posicionamento do público a esse respeito. Isto é, a literatura acadêmica tem sido desenvolvida sem o benefício do conhecimento das relações raciais do ponto de vista das atitudes políticas (TELLES, 2003; BAILEY, 2004). A ausência de dados quantitativos e análise usando métodos de pesquisa avançados constitui uma lacuna na literatura (TELLES e BAILEY, 2013). Na América Latina, pesquisas de opinião pública sobre as questões raciais são escassas, com poucas exceções (e.g., Bailey 2002, 2004; Bailey et al., 2015).

Portanto, o teste empírico é necessário para se conhecer a opinião pública e novos métodos de pesquisa para o estudo de opiniões e atitudes políticas “socialmente sensíveis” já existem e permitem a mensuração de atitudes mais sinceras. Temas socialmente sensíveis são aqueles que geram a expressão de opiniões controversas segundo a norma social, criando medo e receio nos respondentes de estigmatização e represálias sociais; são geralmente temas como sexualidade, raça, gênero, uso de drogas e mais recentemente compra de votos (CORSTANGE, 2012; GONZALEZ-OCANTOS ET AL., 2012). Isso cria dificuldades de acessar as verdadeiras atitudes dos indivíduos e grupos sociais, pois suas respostas tendem a

caminhar em direção ao que é socialmente aceito, bem visto e desejado pela norma social (BERINSKY, 2002; CORSTANGE, 2009).

Assim, a partir de um experimento embutido em um survey realizado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a opinião pública sobre ações afirmativas dos alunos brancos é medida. Logo, a técnica que será empregada é conhecida como experimento de lista (*list experiment*) e é a mais frequentemente usada na ciência política (e.g. KUKLINSKI, COBB e GILENS, 1997a; KUKLINSKI ET AL., 1997b; SNIDERMAN e CARMINES, 1997) para este tipo de medição, pois ela permite questionar indiretamente os entrevistados, garantindo uma maior sinceridade em suas respostas.

O experimento de lista é utilizado pelo seu potencial de anular os incentivos de sub-representação ou sobre-representação de opiniões e atitudes dos entrevistados, pois ela permite questionar indiretamente os entrevistados, assegurando uma maior sinceridade em suas respostas, resultando em opiniões mais verdadeiras. Ainda mais, o método experimental possibilita a realização de inferências causais, utilizando informações sobre as relações identificadas na amostra estudada para buscar relações causais generalizáveis na população (MORTON e WILLIAMS, 2010).

Os resultados e o método proposto neste trabalho, representam mais um passo no debate político, acadêmico e metodológico em torno da opinião pública e atitudes em relação as ações afirmativas. Assim, nesta próxima seção trato do histórico das AA no mundo e no Brasil, diferenças e semelhanças das relações raciais nos EUA e no Brasil, focando nas relações verticais e horizontais e o paradigma de integração e exclusão brasileiro. Na terceira parte discuto as ações afirmativas no Brasil à luz das três teorias norte-americanas, minhas hipóteses e a interação do conhecimento político. O quarto capítulo trata do método utilizado para se estudar temas socialmente sensíveis junto com a descrição do desenho experimental e os dados coletados para este trabalho.

Por fim, o quinto e sexto capítulo tratam dos resultados e discussão, sendo que os resultados empíricos apresentados neste trabalho sugerem a rejeição da hipótese da dominância social. As teorias do racismo simbólico e predisposições políticas apresentam evidências empíricas para a oposição às cotas raciais pelos universitários brancos na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Entretanto, isso ocorreu apenas entre os indivíduos de alto conhecimento político, assim, o grande achado deste trabalho é o impacto do conhecimento político na organização das atitudes raciais dos estudantes universitários. Indivíduos com maior conhecimento político expressam suas atitudes em *surveys*

diferentemente de pessoas com escores baixos em conhecimento político (ZALLER, 1992). Diferentemente, no sentido de que, as pessoas mais bem informadas são mais capazes de expressar suas opiniões e mais propensas a expressá-las de maneira coerente com as suas preferências pessoais. O estudo realizado constitui um dos únicos e primeiros a mapear as atitudes raciais de estudantes universitários no Brasil. As limitações do trabalho e especificidades da Universidade Federal de Santa Catarina são discutidas ao longo da discussão e conclusão.

## 2. AÇÕES AFIRMATIVAS E RELAÇÕES RACIAIS

Conforme aponta Carvalho (2005), a primeira experiência de política de ação afirmativa surgiu na Índia independente, em 1948, fruto da luta do líder dalit *Bhimrao Ramji Ambedkar* como modo de compensar a desigualdade milenar praticada contra a casta mais baixa daquele país. Mais tarde apareceu nos EUA por volta de 1960, em atendimento às demandas históricas do movimento negro daquele país (CARVALHO, 2005).

As políticas de ações afirmativas apareceram mais tarde na Europa, também chamadas de políticas de discriminação positiva, com maior foco nas questões de gênero, sobretudo no campo da representação política. Os modelos de ações afirmativas adotados previam a criação de cotas a serem reservadas para os grupos socialmente fragilizados, com o “objetivo de ampliar a representatividade desses grupos no mercado de trabalho, na esfera política e no sistema de educação, com especial atenção ao ensino superior” (MOEHLECKE, 2002, p. 198-199).

Relações de raça nos Estados Unidos têm uma longa história. O fim do sistema legal de discriminação e segregação, *Jim Crow System*<sup>1</sup>, foi acompanhado pela queda da crença no racismo tradicional, o qual incorporava a teoria biológica de inferioridade racial negra, segregação física racial e discriminação racial formal (MCCONAHAY, 1986). O racismo tradicional foi largamente substituído por um apoio generalizado ao princípio abstrato de igualdade racial.

O racismo clássico era composto por três principais dimensões: (i) racialismo, a crença de que negros eram naturalmente inferiores aos brancos por causa de sua raça; (ii) segregação, os negros deveriam ficar “em seu lugar”, separados e subordinados aos brancos, sobretudo em no ambiente público; (iii) discriminação política e legal, os negros não tinham direito ao voto e frequentavam escolas separadas e inferiores, enquanto os brancos recebiam preferência em empregos e em todo o restante (KINDER e MENDELBERG, 2000).

Em 2001, a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban, África do Sul, constituiu um marco importante para a redefinição da agenda política dos governos mundiais, e especialmente, no Brasil. O governo brasileiro adotou gradativamente um discurso antirracista e trouxe o tema das relações raciais para o centro da agenda política (HERINGER, 2006). Um mapeamento

---

<sup>1</sup> As leis de Jim Crow foram leis estaduais e locais decretadas nos estados sulistas e limítrofes nos Estados Unidos, em vigor entre 1876 e 1965, as leis mais importantes exigiam que as escolas públicas e a maioria dos locais públicos (incluindo trens e ônibus) tivessem instalações separadas para brancos e negros.



realizado por Rosana Heringer (2001, *apud* HERINGER, 2006) entre 1999 e 2000 mostra uma série de ações em curso, apesar de que, ainda não se utilizasse da nomenclatura de ações afirmativas.

Todo o processo que levou a criação da reserva de vagas na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)<sup>2</sup>, a primeira iniciativa do país, advém da mobilização política e debate público que cerceou a Conferência de Durban (FERES JÚNIOR, 2006). Desde então, os programas de ação afirmativa nas universidades públicas federais, a reserva de vagas para negros e indígenas vêm recebendo atenção considerável da sociedade nas últimas décadas no Brasil, como também por parte da comunidade acadêmica.

Enquanto nos Estados Unidos se usa o conceito da ‘gota de sangue’ (*one-drop rule*), isto é, ascendência racial, no Brasil se celebra a ambiguidade racial<sup>3</sup>. Grande parte desta ambiguidade racial no Brasil, segundo Telles (2004), recai sobre os indivíduos não brancos: claro, moreno, pardo, escurinho, mulato, bem moreno, negão, são os variados ‘graus’ de miscigenação brasileira. Entretanto, as pessoas podem se identificar como de pele clara, mesmo quando apresentando características de negros, a cor no Brasil é um processo dinâmico (MUNIZ, 2012). Uma pessoa considerada negra nos Estados Unidos, nem sempre também é considerada negra no Brasil. Muniz (2012) mostra que a partir de dados do IBGE, 82,3% das pessoas entrevistadas em seis unidades da federação responderam que utilizam a cor da pele como principal critério para definir sua cor ou raça. Já o critério “origem familiar e antepassados” foi a opção escolhida por apenas 47,6% dos entrevistados.

A miscigenação racial faz parte do conjunto de crenças dos brasileiros, a qual faz parte da metáfora da nação brasileira, caracterizando as relações raciais no país. Enquanto, no Brasil se celebra a ambiguidade racial, nos Estados Unidos se busca a pureza (TELLES, 2004). Os brasileiros preferem utilizar o termo ‘cor’ para identificar as pessoas e usam diversos termos para classificação. Este termo é preferido, pois captura os graus do *continuum* de cores do país (TELLES, 2004).

Ainda mais, a ideia de miscigenação no Brasil sustenta que os brancos, negros, índios socializam, convivem, se misturam biologicamente ao ponto que distinções raciais se tornam insignificantes. Mas existe alguma verdade nisto? Como Telles (2004) questiona: Como é

---

<sup>2</sup> Ver Bailey et al. (2015) para o histórico completo da lei das cotas no Brasil.

<sup>3</sup> 40% dos Brasileiros no censo de 2000 se considera como “*mixed race*”, enquanto isso nos EUA menos de 3% se considera em 2000. Após a abolição o Brasil desenvolveu a identidade racial baseada na ideia antirracista de miscigenação (BAILEY, 2010).

possível então miscigenação e exclusão? Para entender o racismo no Brasil, é necessário antes apontar quatro momentos históricos no país, descritos por Michel Agier (1995):

(i) A condição de escravo. Um primeiro elemento desta condição é a invisibilidade política. Este status invisível dos escravos era tão claro que em 1824, os liberais puderam escrever na primeira constituição brasileira que “liberdade é um direito inalienável do homem”, quando 48% da população era escrava. Entre a atual categoria de excluído social e a antiga condição de escravo, existe uma analogia teórica, a associação de uma condição social com uma posição política, e ao mesmo tempo, uma relação histórica direta.

(ii) A teoria racista. A partir de meados do século XIX até a década de 1920, quando uma forma nacionalista de pensamento é desenvolvida a partir de uma teoria da hierarquia racial. Promovida pelas potências europeias da época, a intelectualidade brasileira desenvolveu e consolidou um sistema de dominação formado durante a escravidão, trocando subjugação jurídica e legítima pela teoria racista. Descuido, irresponsabilidade, desonestidade, tendências mundanas, sujeira, feiura, irracionalidade eram sistematicamente e explicitamente associadas com os negros, formando o estereótipo do negro brasileiro.

(iii) A política de branqueamento. A partir de 1880 para o início do século XX, as elites políticas e intelectuais impuseram uma política de ‘arianização’. A miscigenação progressiva da sociedade brasileira em pró de uma sociedade mais branca é um fato cultural e não uma ocorrência natural. Esta é marcada por expressões típicas, como “limpar” ou “melhorar a raça” utilizada para referir a crianças nascidas de uniões com homens de pele mais clara.

Telles (2004) mostra que para acelerar o branqueamento da população brasileira, as elites políticas promoveram a imigração de trabalhadores brancos europeus, pois a mistura racial iria eliminar a raça negra da população brasileira. Na década de 1890 mais de 1,2 milhões de imigrantes europeus chegaram ao Brasil, cuja população branca era cerca de 5 milhões (TELLES, 2004).

(iv) A ideologia da democracia racial. Desenvolvida durante a década de 1930, a democracia racial era um dos blocos de construção do nacionalismo brasileiro. Esta ideologia foi construída em dois principais argumentos: o aparecimento de cordialidade entre todos os grupos na vida social brasileira e a miscigenação racial. A teoria da miscigenação foi usada como um suporte para a impossibilidade de um verdadeiro racismo na sociedade brasileira. A intimidade doméstica das relações inter-raciais supostamente geraria uma reciprocidade positiva no convívio com as diferenças raciais.

O racismo brasileiro é feito da incorporação histórica dessas principais quatro fases. Não é um racismo de exclusão e segregação, mas de integração e dominação (AGIER, 1995). Ainda mais, o racismo no Brasil é algo que vai além da cor. Aqueles que estão marginalizados economicamente na sociedade são igualmente alvos de preconceito, embora eles não sejam obviamente tratados de uma forma racista, são tratados como não cidadãos. E sua condição política é nula (PACHECO, 2008). O abismo da pobreza e riqueza no Brasil é tão enorme e fundo, que um não é reconhecido pelo outro como ser humano.

O livro *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, transformou o conceito de miscigenação, de sua forma pejorativa para um caráter positivo nacional e um dos mais importantes símbolos da cultura brasileira (TELLES, 2004). Freyre argumentava que o Brasil era único entre as sociedades ocidentais, pela mistura suave dos povos e culturas europeia, africana e indígena. Como resultado, o Brasil era uma sociedade livre de todo e qualquer tipo de racismo (TELLES, 2004). Estes argumentos perpetuaram o mito da democracia racial, o que Florestan Fernandes chamou de “preconceito de não ter preconceito”.

A ideia da miscigenação como um aspecto positivo das relações raciais brasileiras desenvolvida por Gilberto Freyre na década de 1930, foi apoiada por diversos “brasilianistas” como Donald Pierson, Marvin Harris, Charles Wagley e Carl Degler. Freyre e seus seguidores acreditavam que qualquer desigualdade racial era um fenômeno da época da escravidão e valores tradicionais e que logo desapareceria da sociedade, devido ao caráter “metaracial” dos brasileiros (TELLES, 2004).

Esta visão só é confrontada na década de 1950, quando o sociólogo Florestan Fernandes afirma que a democracia racial era um mito. Florestan afirmava que o racismo era amplamente difundido na sociedade brasileira, mas que era incompatível com o desenvolvimento da sociedade capitalista de classes.

Os estudiosos brasileiros, com Florestan à frente, dão ênfase no descompasso entre os valores da ordem escravocrata, que permanecem, e as relações sociais da nova ordem competitiva em formação (GUIMARÃES, 2004). A expectativa geral era de que o preconceito existente seria superado paulatinamente pelos avanços e pelas transformações da sociedade de classes e pelo processo de modernização.

Carlos Hasenbalg (1979) refuta a teoria da discriminação racial como resíduo histórico, argumentando que, para sobreviver, uma determinada relação deve funcionar na estrutura social do presente, ou seja, o racismo e a discriminação devem ser relacionados aos ganhos materiais e simbólicos do grupo superior, os brancos. Na sociedade escravocrata a

inferiorização do negro servia para legitimar o regime político-legal vigente, ao passo que no contexto da sociedade capitalista ela cumpre a função de alijar os negros da competição por oportunidades de ascensão social (FERES, 2006).

Havia preconceito na fase escravista, mas a coerção física e as garantias legais do sistema eram suficientes para garantir a submissão dos escravos, ou seja, para que o escravismo pudesse funcionar sem muita necessidade de um suporte cultural forte (FERES, 2006). Após a abolição da escravidão, os negros, dotados de igualdade formal, tornam-se competidores potenciais dos brancos. Aí o preconceito é alterado para imputar aos negros a incapacidade da competição e, portanto, garantir que eles fiquem relegados à margem da sociedade e preservar o monopólio branco sobre as situações de maior privilégio (FERES, 2006).

Como em diversos países da América Latina, a classificação racial não se dá apenas por meio da aparência física e da ascendência, mas também pela posição socioeconômica do indivíduo. “A cor seria apenas um dos elementos que se lança mão na construção social das relações raciais” (CARVALHO, 2005, p. 75). Apesar da igualdade universal proclamada pelas constituições de tradição liberal – onde o decreto “todos os homens são iguais perante a lei” transmite a impressão de que a democracia estaria, por força desse mote, automaticamente garantida. Negros e índios não conseguiram se integrar de forma equânime, em comparação com os brancos, na sociedade que se instaurou ao longo do processo de modernização brasileira (CARVALHO, 2005).

## 2.1. INTEGRAÇÃO E VERTICALIZAÇÃO

Edward Telles (2004) sugere uma análise das relações raciais no Brasil a partir da divisão entre relações verticais e horizontais, possibilitando identificar e diferenciar em que pontos as relações raciais são mais ou menos excludentes, em vez de classificá-las como um todo a partir da comparação com o racismo norte-americano. Telles considera como relações verticais as situações de exclusão econômica, pobreza e marginalização. Como relações horizontais, o nível de sociabilidade entre as raças, nesse aspecto, a miscigenação leva ao argumento de não haver distância social entre as raças no Brasil, ao contrário de países marcados pela segregação racial formal.

Segundo Telles (2004), estudos entre 1930 e 1960, tendo como principal representante Gilberto Freyre, glorificam a miscigenação subestimando as desigualdades raciais. Tais

análises foram baseadas na dimensão horizontal e assim concluíram haver maior sociabilidade e fluidez racial, evidenciados por dados como casamentos e amizades entre as diferentes raças, prevendo um futuro de integração dos negros e descendentes. Já os estudos de 1950 em diante, representados por Florestan Fernandes, enfatizaram a análise nas relações verticais, refutando a miscigenação como solução para o racismo e concluindo haver forte exclusão racial no Brasil. Telles (2004) mostra que a diferença entre elas está no foco de análise das relações raciais utilizado em cada época, apresentando sua análise a partir da integração entre relações verticais e horizontais.

A incidência de casamentos inter-raciais e a proximidade residencial entre brancos e negros demonstram que a miscigenação ocorre de fato, não sendo apenas uma ideologia, mas a realidade. Comparativamente com as relações raciais nos Estados Unidos, o Brasil obteve maior sucesso na integração da população africana nas relações horizontais, ao contrário do segregacionismo. Entretanto, Telles (2004) reconhece que a miscigenação e a alta interação racial não implicam menor hierarquia social, podendo haver interação de modo que os negros continuem sendo subjugados. E as relações horizontais não eliminam a desigualdade racial. Paralelamente à alta desigualdade de classe, a exclusão racial desfavorece os negros na luta por oportunidades geradas no desenvolvimento econômico brasileiro e pelo acesso à cidadania.

Na esfera das relações verticais, Telles aponta três fatores para a desigualdade racial no Brasil: hiperdesigualdade, barreiras discriminatórias invisíveis e cultura racista. A desigualdade extremada aumenta o abismo entre a renda de negros e brancos e cria diferenças que vão além dos recursos materiais:

“Essa desigualdade não é apenas material, mas também abrange desigualdades nas relações de poder, a sensação subjetiva de inferioridade de um cidadão ou seu tratamento como inferior, e sua inabilidade de participar efetivamente da vida social, inclusive no acesso ao trabalho, educação, saúde e habitação, assim como a seus direitos civis e políticos.” (TELLES, 2004, p. 182)

O sistema discriminatório informal cria barreiras informais para negros e pardos ascenderem à classe média. Sendo assim, a posição socioeconômica do negro é também justificada pela raça e não só pela classe (TELLES, 2004). Os negros que conseguem ascender, ainda assim continuam a sofrer discriminação em seu cotidiano, não podendo tirar privilégio da classe social, pois continuam sendo desvalorizados pela raça, além de

enfrentarem o ceticismo quanto o seu pertencimento à classe. Se comparados aos negros, brancos pobres têm maior prestígio social baseado na “boa aparência”, portanto, maior acesso à ascensão no mercado de trabalho.

A cultura racista está escondida atrás do imaginário da miscigenação e da democracia racial, continuando a influenciar as relações sociais no Brasil (TELLES, 2004). Ela é composta por um conjunto de crenças do lugar do negro na sociedade ocupando posições subalternas, enquanto brancos nasceram para posições de mando e de controle dos recursos materiais. O discurso ideológico que organiza a representação das relações raciais no Brasil descreve uma dissociação cognitiva, cuja característica central é o fato das pessoas negarem que são preconceituosas, atribuindo a responsabilidade do preconceito a uma abstração: a sociedade brasileira (CAMINO ET AL., 2001; PEREIRA, TORRES e ALMEIDA, 2003).

## 2.2. RAÇA, RACIALIZAÇÃO E RACISMO

Como afirmado por Kinder e Sears (1981, p. 416), o “segregacionismo explícito com a visão da superioridade branca desapareceu, não é mais uma força política”. A visão aqui é que a história mudou a forma com que os indivíduos pensam politicamente sobre raça e também a natureza do racismo na sociedade. A raça, a racialização e o racismo são produzidos na dinâmica das relações sociais (BODENHAUSEN e RICHESON, 2010; IANNI, 2004), a “raça” não é uma condição biológica como a etnia, mas uma condição social, psicossocial e cultural, criada, reiterada e desenvolvida na trama das relações sociais, envolvendo jogos de forças sociais e progressos de dominação e apropriação. Racionalizar uns aos outros, pela classificação e hierarquização, revela-se inclusive uma técnica política, garantindo a articulação sistêmica em que se fundam as estruturas de poder (IANNI, 2004).

Um estereótipo pode ser definido como estruturas cognitivas que contém percepções, crenças e expectativas sobre determinados grupos sociais (HAMILTON e TROLIER, 1986): “*pictures in the head*”. É uma crença generalizada sobre as características de um grupo, e os estereótipos representam o processo de atribuir essas características a pessoas particulares só por causa de seu pertencimento a determinado grupo (BODENHAUSEN e RICHESON, 2010).

Estereótipos envolvem não apenas as crenças sobre como um grupo é, mas também cadeias causais que relacionam características do grupo a um outro núcleo de conteúdo estereotipado – de por exemplo, comportamento – podendo ser explicado por duas

dimensões-chave de relações intergrupais: status social e competição (BODENHAUSEN e RICHESON, 2010). Grupos que têm status inferior tendem a ser estereotipados como incompetentes (não inteligentes, preguiçosos, etc), enquanto que aqueles com status mais elevado serão estereotipados em termos opostos. Grupos que são percebidos como competitivos serão percebidos como desagradáveis (frios, desonestos, etc), enquanto que os grupos que são percebidos como cooperativos e não competitivos tenderão a ser estereotipados em termos agradáveis (calorosos, simpáticos, etc) (BODENHAUSEN e RICHESON, 2010).

Estereótipos são muitas vezes vistos como uma forma errônea de se pensar. Porém, estereótipos são um importante atalho informacional, como afirma Arthur Lupia (1994) “uma alternativa ao alto custo de aquisição de um conhecimento enciclopédico, os indivíduos podem empregar atalhos informacionais”. Logo, seria de fato irracional para as pessoas não utilizá-los na formação de julgamentos. Claramente, a racionalidade normativa de usar estereótipos depende inteiramente da sua precisão e sua carga afetiva.

Sob estereótipos negativos, os negros são sujeitos a uma resposta comportamental automaticamente punitiva ou discriminatória, devido a julgamentos negativos, de forma que há uma perspectiva depreciativa dos brancos ao tratar os negros como preguiçosos e violentos (PEFFLEY, HURWITZ e SNIDERMAN, 1997). São comuns pensamentos como: “negros em programas sociais são preguiçosos e não querem trabalhar” ou “negros que recebem dinheiro do governo poderiam viver sem, se tentassem de verdade” ou “negros podem se sair tão bem quanto os brancos”.

Na definição de Bodenhausen e Richeson (2010, p. 342): “preconceito é uma antipatia com base em uma generalização defeituosa e inflexível. Ele pode ser sentido ou expressado. Ele pode ser direcionado a um grupo como um todo ou para um indivíduo porque ele é um membro do grupo”. É um processo de categorização (generalização) e subsequente antipatia indiscriminada ou animosidade contra a respectiva categoria e seus membros. O preconceito afeta de maneira cognitiva e afetiva a dinâmica comportamental das interações intergrupais (BODENHAUSEN e RICHESON, 2010).

A discriminação pode ser definida como a expressão de comportamentos sutis ou explícitos, “que servem para limitar as oportunidades sociais, políticas ou econômicas de grupos particulares”, a discriminação pode ser direta ou indireta, e pode ter consequências a curto e longo prazo (BODENHAUSEN e RICHESON, 2010, p. 343). Discriminação afeta o status socioeconômico, a saúde e bem-estar psicológico dos membros de grupos

estigmatizados através de processos sociológicos e psicológicos. O estigma pode ter consequências deletérias para a saúde mental e física. Ser alvo de preconceito leva os indivíduos a empregarem estratégias compensatórias, como sorrir mais e ser mais engajado nas interações sociais, para lidar ou afastar a discriminação real ou antecipada durante a interação (BODENHAUSEN e RICHESON, 2010).

Apesar da importância, em termos analíticos, da distinção entre preconceito e discriminação, ambos se encontram bastante vinculados no cotidiano. A relação entre preconceito e discriminação é bastante complexa, pois há uma integração entre as esferas da ação, da cognição e da emoção. Se a discriminação está vinculada à ação comportamental em relação a determinadas pessoas e grupos sociais, o preconceito não está ancorado apenas na cognição, mas também na emoção. O conjunto de estereótipos negativos, preconceito e discriminação formam todo o sistema do racismo. A cor da pele serve como um símbolo da discriminação (GUIMARÃES, 2004).

É neste sentido que se pode afirmar que o racismo é uma ideologia, ou um discurso que justifica processos de discriminação social (VAN DIJK, 1997). A ideologia enquanto construção mental justificadora, embora origine-se das condições concretas das relações de poder, segue – por se tratar de ideias e emoções – o conjunto de leis psicológicas que regem os processos cognitivos e afetivos (VAN DIJK, 1997). Entre os processos cognitivos estão os processos de categorização e de construção de estereótipos e estudos recentes mostram o papel justificador e portanto ideológico que os estereótipos desempenham nas relações intergrupais (YZERBYT, ROCHER e SCHADRON, 1997).

O mito da “democracia racial” brasileira é o mito que nega a existência de qualquer tipo de racismo e é endossado tanto por brancos e negros, servindo como forma de retardar a possibilidade de ação coletiva baseada em grupos sociais específicos (BAILEY, 2004). A negação de que a discriminação racial causa desvantagem aos negros é elemento central deste mito, o qual influencia as atitudes em relação às políticas raciais e das ações contra o racismo (BOBO e KLUEGEL, 1993). Esta crença funciona como uma ideologia de legitimação, na sociedade brasileira, do imaginário da miscigenação e da democracia racial, que continuam a influenciar as relações sociais no Brasil. Ela é composta por um conjunto de crenças do lugar do negro na sociedade ocupando posições subalternas, enquanto brancos nasceram para posições superiores (BAILEY, 2004).



### 3. AFETO RACIAL, ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL E PREDISPOSIÇÕES POLÍTICAS

Uma das perspectivas da literatura sobre a resistência dos brancos para com as cotas raciais é o chamado racismo simbólico ou novo racismo. Este se diferencia do racismo tradicional (*old fashioned racism*) que preconizava a superioridade branca, segregação física e discriminação legal dos negros (SEARS ET AL., 1997). O racismo simbólico, portanto, envolve um sentimento negativo em relação aos negros advindo dos brancos. McConahay e Hough definem-o como: “expressão em termos de símbolos e atitudes simbólicas de que os negros estão violando valores estimados e estão realizando demandas ilegítimas para mudança no *status quo* racial” (MCCONAHAY e HOUGH, 1976, p. 38).

Autores como Sears (1988) e McConahay (1986) citam os programas de ação afirmativa como um dos elementos simbólicos dessa nova forma de racismo. O racismo simbólico evita manifestação explícitas de racismo, uma vez que estas não são mais aceitas. Face à coação dos princípios democráticos de igualdade e liberdade, as pessoas começaram a expressar o preconceito de maneira mais contida e sutil. O novo racismo é baseado em sentimentos que adviram da época dos direitos civis nos EUA, sentimentos de que os negros estão demandando e recebendo muitos benefícios do governo. Deste modo, o novo racismo é descrito por temas como: ‘busing’<sup>4</sup>, ações afirmativas, negros em cargos públicos, assistência social (SEARS ET AL., 1997).

Violação de valores estimados ou sagrados não são apenas desconcertante cognitivamente, mas também moralmente destabilizadores. Tais violações abalam “as bases do ser social, provocando ultraje moral e demandas para punição” (TETLOCK, 2008, p. 244). A discriminação e o preconceito racial funcionam como instrumento de desqualificação de pretos e pardos na competição com os brancos por benefícios simbólicos e materiais.

Racismo simbólico é concebido a partir de três elementos. Primeiro, ele é descrito como “simbólico”, pois é formulado em termos abstratos e ideológicos, e reflete os códigos morais dos brancos sobre como a sociedade deve ser organizada, e incide sobre os negros como um grupo, ao invés de como indivíduos (KINDER e SEARS, 1981). Em segundo lugar, o seu conteúdo cognitivo foca explicitamente os negros, e inclui as crenças de que a discriminação racial é em grande parte uma coisa do passado, de que os negros deveriam

---

<sup>4</sup> Nos Estados Unidos, *busing* é a prática de transporte escolar de alunos de modo a promover a interação racial entre as crianças, na tentativa de superar os efeitos da segregação residencial racial existente naquele país. Para ver mais sobre as políticas de *busing* ver: Green e Cowden (1992).

apenas trabalhar mais para superar suas desvantagens, que os negros estão fazendo demandas excessivas para um tratamento especial e recebendo muita atenção das elites políticas, e que seus ganhos são muitas vezes desmerecidos (SEARS, 1988; SEARS ET AL., 1997).

Em terceiro lugar, na esfera afetiva as atitudes raciais advêm de uma mistura de sentimentos antinegro e a percepção de que os negros violam valores tradicionais, como a ética do trabalho, a moral tradicional, o individualismo, a obediência, recompensas a longo prazo, trabalho duro, disciplina e respeito pela autoridade tradicional (KINDER e SEARS, 1981).

Ainda hoje, muitos americanos continuam a acreditar nos valores puritanos de sacrifício e trabalho duro. Herbert McCloskey e John Zaller (1984) colocam bem esse ponto: “muito tempo depois dos princípios estritamente teológicos do puritanismo perderem o seu estatuto de imperativos comportamentais, muitos americanos continuaram a ver o trabalho e a riqueza através do prisma moral do Calvinismo”. Max Weber (2004) em “A Ética protestante e o espírito do Capitalismo” traçou as origens do individualismo nas doutrinas puritanas salientando a necessidade dos indivíduos se acertarem individualmente com Deus. Nessa doutrina, como Weber demonstra, o trabalho se transformou de uma obrigação, em um chamado, uma forma vital de atividade moral e a ociosidade em sinal da perda da salvação divina. Os puritanos levaram essa visão para os Estados Unidos, onde foi reformulada em formas mais sutis.

Note que a formulação do racismo simbólico é às vezes confundida com elementos de autointeresse. Sentimentos de competição econômica injusta pode incitar resistência dos brancos aos ganhos dos negros e perdas perceptíveis dos brancos. Sears (1988) e McConahay (1986) apontaram os programas de ação afirmativa como uma dos temas simbólicos que evoca claramente esta nova forma de racismo.

É importante observar que, neste trabalho, não se assume o comportamento racista como um pressuposto, nem se procura rotular as posições dos universitários como necessariamente racistas ou não. O exercício realizado nesta pesquisa corresponde à exploração de uma das dimensões da dinâmica racial brasileira atual, à qual se direcionam algumas atitudes específicas. Assim, o intuito não é evidenciar a práxis do comportamento racista, mas sim as bases cognitivo-atitudinais desse comportamento.

Os estudiosos do preconceito étnico e racial no Brasil e em várias partes do mundo (CAMINO, SILVA, MACHADO e PEREIRA, 2001; LIMA, PINHEIRO, PACHECO, LIMA e VALA, 2006; MOSCOVICI & PÉREZ, 1999; PETTIGREW e MEERTENS, 1995;

PEREIRA, TORRES e ALMEIDA, 2003) encontraram evidências de que expressões mais sutis desse fenômeno estão desenvolvendo subprodutos que atendem à necessidade de perpetuação dos comportamentos discriminatórios ao mesmo tempo em que não ferem a imagem igualitária dos atores sociais.

Entretanto, a teoria do racismo simbólico não se deslocaria bem para o Brasil, pois é formulada sob valores sacros da sociedade americana de individualismo, esforço próprio, ética do trabalho protestante, não se adequando à realidade brasileira. Valores (ou ideologias) como a negação da discriminação racial, o paradoxo da miscigenação e exclusão, e o mito da “democracia racial” levaram a uma diferente dinâmica das relações raciais no Brasil e desenvolveram valores sociais diferentes dos EUA.

Um segundo grupo de teóricos argumentam que o *animus* racial não é mais um elemento central para a organização das atitudes e crenças raciais, e ainda mais, o preconceito racial não mais domina as reações dos brancos em relação as políticas públicas de assistência aos negros (SNIDERMAN e PIAZZA, 1993). Seriam as predisposições políticas (*principled politics*) que fariam com que as políticas raciais sejam percebidas como violadoras de valores não raciais e assim rejeitadas pelos brancos (SNIDERMAN e CARMINES, 1997). Assim, a oposição dos brancos às ações afirmativas devem ser entendidas baseadas em valores como o papel do governo na vida social, a não intervenção do estado, importância da meritocracia e do individualismo.

Como Sniderman e Carmines (1997, p. 33) argumentam: “a estrutura primária para a oposição das ações afirmativas, que envolve tratamento preferencial ou quotas é a crença de que não é justo contratar pessoas para empregos ou conceder-lhes entrada às universidades porque pertencem a um determinado grupo social e não porque eles são os mais qualificados”. Assim, os defensores deste modelo têm argumentado que o conservadorismo e outros valores políticos não raciais são os verdadeiros preditores das atitudes contra às cotas raciais (SNIDERMAN e CARMINES, 1997).

Na realidade, o modelo de predisposições políticas não sugere que a oposição à ação afirmativa seja totalmente independente de racismo. Porém, os autores afirmam que empiricamente as correlações entre racismo e políticas raciais são modestas, em todos os *surveys* e diferentes medidas utilizadas, ficando em torno de .01 e .02 (SNIDERMAN ET AL., 1991). Mais ainda, Sniderman e seus colegas afirmam que relações desse tipo são mais prováveis de serem encontradas entre os indivíduos com baixa sofisticação política (SNIDERMAN ET AL., 1991). Como essas pessoas não têm a sofisticação cognitiva

necessária para a compreensão de conceitos abstratos e ideológicos do *ethos* igualitário da cultura americana, logo, suas atitudes raciais e sua orientação geral para a política devem ser mais fortemente coloridas por fatores como o *animus* racial.

Em contraste, o conhecimento possuído pelos indivíduos sofisticados politicamente deverá permitir-lhes moldar suas atitudes políticas em termos de princípios abstratos e mais complexos, proporcionando-lhes uma consciência das normas tolerantes do núcleo do credo americano, atenuando o impacto do racismo (SNIDERMAN ET AL, 1991; MCCLOSKEY e ZALLER, 1984). Portanto, se as pessoas possuem uma orientação política formada, elas irão avaliar as políticas públicas (raciais), a partir do seu ponto de vista político individual, levando em consideração quais pontos são relevantes ou não ao se posicionar em relação a um tema de política pública.

Grande parte do argumento dos autores consiste na ideia que a oposição às políticas raciais e de bem-estar social conflita com visões sobre o papel do governo e as obrigações individuais dos cidadãos. De forma simples, parte significativa da explicação da oposição dos brancos às políticas raciais (por exemplo), reside no fato deles serem contra as políticas públicas estatais de promoção de igualdade em geral (SNIDERMAN ET AL, 1991).

Ao considerar que o argumento contemporâneo sobre raça é, em seu cerne, político, pelo menos duas ideias estão sendo colocadas. A primeira é que os contornos dos argumentos contra as políticas raciais são moldados pelas ideologias e instituições políticas (e.g. partidos políticos). A segunda é que o debate sobre raça atual é um debate apenas de argumentos políticos (SNIDERMAN ET AL., 1991).

Entretanto, a teoria das predisposições políticas tampouco teria força no Brasil, pois esta teoria foca nos motivos políticos e ideológicos, porém, noções e atitudes sobre ideologia, individualismo, papel e tamanho do estado não são claras para todos os indivíduos, uma vez que o conhecimento político é baixo em todo o público em geral (BARTELS, 1996; LUSKIN, 2002; OLIVEIRA E TURGEON, 2015), o epicentro da rejeição a políticas raciais sejam motivos puramente políticos e ideológicos é duvidoso.

Uma última perspectiva na interface das atitudes raciais é a da dominância social, a qual diz que o motivo psicológico subjacente é o de proteger a posição privilegiada do grupo dominante e suprimir os grupos que aspiram à igualdade. Para isso, mitos e ideologias são construídos para promover os objetivos do grupo dominante (BAILEY, 2004).

A teoria de dominância social (e.g., FEDERICO e SIDANIUS, 2002; PRATTO ET AL., 1994; SIDANIUS ET AL., 1999) possui um conjunto básico de ideias em três

dimensões: (i) as sociedades tendem a ser organizadas em hierarquias de grupos com diferentes poder e status, (ii) a política é uma competição entre os grupos sociais por recursos materiais e simbólicos escassos, e (iii) os grupos dominantes, muitas vezes dependem de uma variedade de representações coletivas (por exemplo, ideologias e mitos) para legitimar a alocação desproporcional de recursos a membros de grupos dominantes e, assim, reforçam a desigualdade entre os grupos (FEDERICO e SIDANIUS, 2002).

A teoria preconiza a preferência dos indivíduos por hierarquia dentro de qualquer sistema social e da dominação de grupos de menor status social. É uma predisposição para o anti-igualitarismo dentro e entre os grupos. (SIDANIUS e PRATTO, 2001). A perspectiva de domínio social sugere que a oposição à ação afirmativa pode servir a um seguinte propósito: o reforço de hierarquias de grupos, como os programas de ação afirmativa, os quais constituem propostas para intervenção direta e efetiva na estratificação do *status quo* racial. Assim, altos níveis de identificação ao endogrupo e positividade estão associados a derrogação e hostilidade em relação a grupos externos.

Sentimentos de ressentimento e sentimentos de injustiça que decorrem da percepção de que seu grupo tem menos do que merece em comparação com os outros também geram negatividade em relação a exogrupos (BREWER, 2010). Símbolos, tradições e emoções criam sentimentos intragrupo (ALLPORT, 1954) e características simples como raça, gênero e nacionalidade são suficientes para gerar um sentimento de pertencimento intragrupo, gerando um processo de diferenciação social.

A consciência da existência de outros grupos pode gerar um processo de comparação entre “nós” e “eles”. Assim, frequentemente indivíduos são cooperativos em direção aos seus grupos (endogrupos) e tendem a menosprezar os membros dos outros grupos (exogrupos). Esse processo psicológico, conhecido como diferenciação intergrupar, seria um dos principais fatores que propiciariam o surgimento de fenômenos sociais tais como a formação de estereótipos e preconceitos (ABRAMS e HOGG, 1990). Tajfel (1981) destaca a dimensão social dos estereótipos ao concebê-los como crenças ou conhecimentos amplamente compartilhados por um grupo sobre a natureza do endogrupo e dos exogrupos. Logo, quanto maior o sentimento de identificação com um grupo determinado (e assim maior as implicações desse grupo para o indivíduo), maior seria a tendência do indivíduo de diferenciar entre endogrupo e exogrupos para adquirir e manter uma identidade social positiva.

Por fim, a perspectiva de dominância de grupos afirma que as ideologias são centrais para a produção e reprodução da opressão racial pelo seu efeito negativo sobre atitudes em

relação a iniciativas anti-racistas. As sociedades tendem a minimizar os conflitos de grupos, criando um consenso sobre ideologias que promovem a superioridade de um grupo sobre os outros (PRATTO ET AL., 1994). As ideologias que promovem ou mantêm as desigualdades de grupos são as ferramentas que legitimam a discriminação. Para operarem sem problemas, estas ideologias devem ser amplamente aceitas dentro de uma sociedade, aparecendo como verdades auto-evidentes e mitos-legitimadores de hierarquia.

Ao contribuir para a desigualdade baseada em grupos, os mitos ajudam a estabilizar a opressão (PRATTO ET AL., 1994), ou seja, eles minimizam o conflito entre os grupos, indicando como os indivíduos e as instituições sociais devem alocar os bens de valor social positivo ou negativo. Darwinismo social e meritocracia são exemplos de outras ideologias que implicam que algumas pessoas não são tão “boas” quanto outras e, portanto, menor valor social positivo deve ser atribuído a elas (PRATTO ET AL., 1994).

Grupos dominantes são os que experimentam maior ameaça de perda de status social quando confrontados por políticas que promovem mudanças no *status quo* social. São estes grupos que percebem mais facilmente a ameaça de exogrupos, porque os seus membros são mais propensos a ter níveis elevados de predisposições de dominância social e altos níveis de identificação no endogrupo (PRATTO ET AL., 1994).

Raça e classe operam juntas para moldar a estratificação social no Brasil. As origens de classe são resultado do acúmulo de privilégios raciais e desvantagens do passado por gerações e gerações. E, junto com a resistência na mudança do status quo racial, crenças sobre a hierarquia social e ressentimentos intergrupais surgem como epicentro da rejeição das ações afirmativas<sup>5</sup>. Portanto, a hipótese central deste trabalho é que a teoria da dominância social seria a mais compatível com a realidade.

A desigualdade socioeconômica do Brasil resultou em fortes clivagens de classe que têm sido tradicionalmente consideradas mais fortes do que as clivagens raciais, como pode ser visto pelas relações verticais e horizontais no Brasil (BAILEY, 2004). O enigma e resposta da desigualdade racial no Brasil está no fato de que as relações sociais horizontais (entre pessoas da mesma classe social) são relativamente fluidas e flexíveis, mas as relações verticais (entre classes sociais diferentes) são profundamente estratificadas e rígidas (TELLES, 2003).

A desigualdade extrema gera muitos dos problemas sociais do Brasil, criando diferenças significativas em riqueza material e status social. Essa desigualdade não é apenas

---

<sup>5</sup> Como também apontam os resultados de Telles e Bailey (2013), a maioria dos indivíduos na América Latina apontam explicações estruturais como ponto principal das desvantagens sociais.

material mas também abrange relações de poder desiguais, a impressão subjetiva de inferioridade de um cidadão ou seu tratamento como inferior, e sua inabilidade de participar efetivamente da vida social, inclusive acesso ao trabalho, educação, saúde e habitação assim como seus direitos civis e políticos (TELLES, 2003).

### 3.1. AÇÕES AFIRMATIVAS NA REALIDADE BRASILEIRA

Ações afirmativas são políticas, públicas ou corporativas privadas, que visam promover uma determinada categoria social sub-representada em algum espaço institucional ou função (ZONINSEIN, 2004). Como tal, é política redistributiva, pois altera uma dada distribuição de bens e oportunidades, imprimindo-lhe outra configuração. Uma justificativa para tal alteração é o argumento de justiça, ou seja, produzir uma configuração social mais justa, muitas vezes atrelada a argumentos de expediência, como a promoção de maior bem-estar total, maior coesão social e sentido mais forte de cidadania (ZONINSEIN, 2004).

As ações afirmativas se definem também por serem ações de caráter compensatório, pois buscam corrigir situações de discriminação e desigualdade infringida a certos grupos no passado, presente ou futuro, através da valorização social, econômica, política e cultural (MOEHLECKE, 2002). São ações de caráter temporário, uma vez que objetivam corrigir distorções no acesso às oportunidades. As ações afirmativas promovem a justiça social ao considerar não mais o indivíduo de forma genérica e abstrata, mas o indivíduo especificado, considerando-se categorizações relativas ao gênero, idade, raça, dentre outras.

A experiência norte-americana de políticas de ação afirmativa é significativa para o caso brasileiro (TELLES e BAILEY, 2013). Primeiramente, pelas similaridades históricas compartilhadas pelos os dois países, as maiores colônias europeias na América e um passado de escravidão. Segundo, a forte influência norte-americana não só no Brasil, como no mundo. Terceiro, o movimento negro de direitos civis e as suas formas de luta, mobilização e conquista, tornaram-se uma referência para o movimento negro brasileiro (FERES JÚNIOR, 2006, p. 48).

Não surpreendentemente, a maior parte da literatura de pesquisa sobre opinião pública e ações afirmativas envolve o caso dos EUA (BOBO E KLUEGEL, 1993; SEARS ET AL., 1997). No contexto norte-americano, o uso de pesquisas de opinião pública com grandes amostras tem uma longa história. Assim, as opiniões sobre questões raciais já fazem parte das

pesquisas acadêmicas por décadas, e sua análise tem recebido cada vez maior atenção dos estudiosos (BAILEY ET AL., 2015).

Entretanto, a comparação entre os contextos americano e brasileiro é complexa e deve ser cuidadosa. Primeiramente, a definição de raça/cor em cada um desses países é bem distinta. São concepções, filtros e históricos diferenciados (TELLES e BAILEY, 2002). Segundo, o Movimento dos Direitos Civis combatia fortemente a discriminação e a segregação racial legais no país do chamado *Jim Crow System*, enquanto esse formato de lei nunca existiu no Brasil. Por fim, o caso de políticas raciais para negros no caso brasileiro consiste em quase nenhuma tradição histórica, enquanto no caso americano são mais de 40 anos de programas desenvolvidos para superar o racismo e promover os negros, o que mostra o reconhecimento pelo Estado da centralidade desses programas (*idem*).

A adoção de cotas raciais ou sociais para o ingresso nas universidades públicas brasileiras teve sua primeira experiência em 2002, ano em que a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) introduziu a reserva de vagas para candidatos pretos e pardos autodeclarados que solicitassem suas vagas por meio do sistema<sup>6</sup>. São destinadas 20% das vagas disponíveis para cotas raciais, 20% para cotas sociais, 5% para pessoas com deficiência e o restante para ampla concorrência.

A Universidade de Brasília (UnB) foi a primeira universidade federal do País a adotar o sistema de cotas no vestibular de junho de 2004. São mais de 10 anos de execução e ainda há grande debate quanto à eficácia e necessidade desta política afirmativa. Sancionada em agosto de 2012, a nova lei das cotas (LEI N° 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012) estabelece que 50% das vagas das universidades federais sejam destinadas a estudantes de escolas públicas. O preenchimento das vagas por alunos da rede pública deverá obedecer ainda a outros dois critérios: o de renda e o racial. As instituições de ensino superior têm quatro anos para se adequarem à nova regra, isto é, este primeiro semestre de 2016 será o primeiro em que todas universidades federais terão metade dos alunos ingressos por cotas.

---

<sup>6</sup> Em 2001, a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro definiu que 40% das admissões das universidades estaduais seriam reservadas para pretos e pardos (MUNIZ, 2012).



### 3.2. CONHECIMENTO POLÍTICO E ATITUDES RACIAIS

Sofisticação política refere-se à amplitude, profundidade e organização das cognições políticas de uma pessoa (LUSKIN, 1990). Um indivíduo é politicamente sofisticado na medida em que suas “cognições são numerosas, complexas e altamente organizadas” (LUSKIN, 1990, p. 332). Sofisticação política, então, é um tipo de expertise. Por exemplo, a ideologia é uma forma de cognição política complexa: um sistema de crenças políticas particularmente grande, amplo e organizado, que exige assim uma expertise sobre política.

A sofisticação é uma variável latente, pois cognições não podem ser vistas ou enumeradas (BULLOCK, 2004). Como a organização mental é uma abstração, estudos baseavam suas medições a partir do quanto uma pessoa utilizava abstrações na fala, porém, medidas baseadas em abstrações estão extintas (BULLOCK, 2004). Luskin (1990) mostra que as medidas de abstração foram substituídas por medidas baseadas no conhecimento de perguntas factuais (e.g. “Qual a duração do mandato dos Senadores federais?”).

Essas medições são o padrão dos estudos atuais (e.g. DELLI KARPINI e KEETER, 1996; ALTHAUS, 1998; BULLOCK, 2004; PRIOR; LUPIA, 2008), o conhecimento de fatos políticos mensura a amplitude e profundidade das cognições e é a *proxy* para a sofisticação política, a qual é uma variável mais complexa. Logo, uma pessoa sofisticada é aquela que possui mais informação política. Delli Carpini e Keeter (1996, p. 10) definem conhecimento político como “a gama de informações factuais sobre política que são armazenadas na memória de longo prazo”.

Survey após survey mostra que o conhecimento político do público no Brasil e no mundo é baixo (CONVERSE, 1964; DELLI CARPINI; KEETER, 1996; PRIOR; LUPIA, 2008; RENNÓ, 2007; TURGEON e RENNÓ, 2010) e trabalhos mostram que existem diferenças entre as atitudes raciais de indivíduos com níveis diferentes de conhecimento político (BOBO e MASSAGLI, 2001; DELLI CARPINI e KEETER, 1996; OLIVER e MENDELBERG, 2000), mesmo após controlar outras variáveis como educação e renda.

O conhecimento político tem um grande papel nas atitudes raciais, não só o conhecimento político geral, mas sobretudo o conhecimento específico sobre políticas raciais, pois noções de ideologia, papel e tamanho do estado, percepção do *status quo* racial e estrutura social, individualismo e interesses próprios não são claros para todos os indivíduos e essas noções afetam como os indivíduos avaliam as políticas raciais e o entendimento de cada uma das teorias sobre as AA aqui apresentadas.

Trabalhos mostram que indivíduos com alto conhecimento político são mais capazes de formar opiniões consistentes com as suas predisposições políticas (CONVERSE 1964; DELLI CARPINI e KEETER 1996; ZALLER 1992). Logo, organizando corretamente as atitudes individuais de acordo com as preferências individuais, pois tendem a ter uma melhor compreensão de conceitos políticos complexos e as relações entre eles.

A hipótese é que o conhecimento político desempenha um papel importante relativo à adoção das normas democráticas como a tolerância política e a redução do preconceito e nesse sentido, levaria a um maior apoio às AAs. (BOBO e MASSAGLI, 2001; OLIVER e MENDELBERG, 2000; ROBINSON, 2015).

#### 4. MÉTODO

O número e a influência de estudos experimentais estão crescendo rapidamente na ciência política, de acordo com a descoberta de novas possibilidades do uso de técnicas experimentais para iluminar os fenômenos políticos. O estudo experimental da política cresceu explosivamente nas últimas duas décadas (DRUCKMAN ET AL., 2011), os experimentalistas estão explorando temas que seriam inimagináveis há poucos anos atrás.

A metodologia experimental possibilita a realização de inferências causais nas ciências sociais, utilizando informações sobre as relações identificadas na amostra estudada para identificar relações causais existentes na população (MORTON e WILLIAMS, 2010). Também possibilita o princípio da replicabilidade, isto é, não apenas dos dados obtidos, mas a todo o processo de elaboração e execução da pesquisa.

A mensuração de assuntos como o de ações afirmativas (cotas raciais) é difícil, são os temas chamados socialmente sensíveis, isto é, a expressão de preferências sobre assuntos sociais que não são consensuais (normalmente questões de cunho racial, de orientações sexuais e de gênero). Uma vez que, geralmente, os entrevistados não querem responder, ou ainda mais, simplesmente não querem divulgar publicamente suas preferências sociais quando confrontadas com um *survey* tradicional (BERINSKY, 2002; CORSTANGE, 2009), faz com que as respostas dos entrevistados sofram de um efeito de “*desejabilidade social*” (*social desirability effect*): a resposta caminha em direção ao que a norma social considera socialmente aceito, bem visto e desejado. A norma social sobre equidade racial inibe a expressão aberta de estereótipos e opiniões negativas sobre outros grupos raciais, tornando os entrevistados brancos menos dispostos a endossar opiniões raciais negativas do que no passado (BAILEY ET AL., 2015).

Perguntas sobre atitudes individuais são frequentes em *surveys*, porque tendem a esclarecer sobre um ou mais comportamentos de interesse. Um dos usos mais comuns de pesquisa de atitudes raciais é avaliar os preconceitos, estereótipos e outras medidas sobre a natureza do comportamento discriminatório (PAGER e QUILIAN, 2005). Sob o efeito de desejabilidade social os indivíduos querem passar uma boa imagem e se importam com o que os outros pensam sobre elas (*impression management*), há um forte componente motivacional aqui (BERINSKY, 2002).

Esse efeito pode acabar por sobrerepresentar “boas atitudes” ou subrepresentar “más atitudes” de acordo com a normal social. Essa tendência representa um problema sério para a realização de pesquisas comportamentais com autorrelatos. *Surveys* sobre atitudes raciais

geralmente retratam um quadro otimista, entretanto, os indicadores de desigualdade econômica e social apresentam resultados menos otimistas (PAGER e QUILIAN, 2005).

Há uma grande variedade de estudos experimentais para mensurar as atitudes raciais dos brancos: voto em eleições com candidatos negros, preconceito racial, apoio a políticas públicas raciais, sempre controlando os efeitos de outras variáveis como racismo clássico, ideologia, identificação partidária, individualismo, autoritarismo e variáveis demográficas (KINDER e SEARS, 1981; MCCONAHAY, 1986; SEARS ET AL., 1997). Como outros estudos já demonstraram (BOBO e KLUEGEL, 1993; SNIDERMAN e CARMINES, 1997), desenhos de pesquisa experimentais têm vantagens claras para a medição de temas sensíveis, e os seus resultados têm de fato mostrado uma maior incidência do preconceito nas atitudes raciais do que os desenhos de pesquisa tradicionais (BOBO, 1988; PAGER e QUILIAN, 2005).

Pesquisadores têm usado principalmente três técnicas para medir as atitudes sinceras sobre questões socialmente sensíveis. São elas o experimento lista, o experimento de endosso, e o experimento de resposta randomizada. Essas técnicas fornecem aos entrevistados certo grau de privacidade para suas respostas individuais<sup>7</sup>. Essas técnicas têm se mostrado superior ao tipo de questão direta e convencional quando se medem atitudes sobre temas sensíveis (ROSENFELD, IMAI e SHAPIRO, 2014).

O experimento de lista é o mais frequentemente usado na ciência política (KUKLINSKI, COBB e GILENS, 1997a; KUKLINSKI ET AL., 1997b; SNIDERMAN e CARMINES, 1997) para a medição de assuntos socialmente sensíveis. Um dos primeiros trabalhos a utilizar esta técnica foi Kuklinski et al. (1997b). Como originalmente concebida por Kuklinski, os entrevistados do grupo de controle recebem uma lista de itens e devem dizer ao entrevistador com quantos dos itens listados eles concordam, sem especificar quais são estes itens. Os entrevistados do grupo tratamento recebem as mesmas instruções e a mesma lista de itens do grupo controle, entretanto, a lista contém mais um item que mede o tema de interesse. Em seu estudo clássico sobre preconceito racial, Kuklinski e seus colegas (1997b, p. 405) demandam a todos os entrevistados com a seguinte pergunta:

---

<sup>7</sup> Para entender as demais técnicas ver Rosenfeld, Imai e Shapiro (2014).

*“Agora eu vou ler para vocês três (quatro) coisas que às vezes deixam as pessoas com raiva ou chateadas. Depois que eu ler todos os três (quatro), diga-me QUANTAS delas te incomodam. Eu não quero saber quais, mas QUANTAS”.*

Então, são dados os seguintes três itens da lista controle para um grupo de entrevistados:

- (i) O governo federal está aumentando o imposto sobre a gasolina.*
- (ii) Os atletas profissionais estão recebendo salários de milhões de dólares.*
- (iii) Grandes corporações estão poluindo o meio ambiente.*

Enquanto isso, os participantes do grupo de tratamento recebem um quarto item:

- (iv) Uma família negra se mudando para a vizinhança*

Ao analisar esses dados, Kuklinski e seus colegas encontraram evidências de que os residentes brancos do Sul dos EUA tem uma tendência maior do que aqueles que vivem em outras partes do país para expressar incomodo à ideia de ter um vizinho negro, e relatam que este preconceito está concentrado sobretudo em homens brancos do sul dos Estados Unidos. Para chegar a essas inferências, os autores fazem uso de testes de diferenças de médias.

A análise típica dos experimentos de lista é a partir da comparação das médias dos dois grupos (tratado e controle) da qual se deriva uma estimativa das atitudes raciais, neste caso a percentagem (média da subtração dos grupos multiplicada por 100) de respondentes que concordaram com o item sensível. Porém, a simples diferença de médias não permite explorar as relações entre as características individuais dos respondentes e as respostas ao item sensível.

Glynn (2010) e Corstange (2009) citam três grandes dificuldades do experimento de lista: (i) o experimento lista exige uma grande amostra; (ii) a análise padrão não viabiliza diagnosticar violações dos pressupostos comportamentais implícitos nesta técnica; (iii) é difícil usá-lo em uma regressão ou modelagem multivariada. Todavia, Imai (2011), Blair e Imai (2012) resolvem esses problemas com o desenvolvimento de um conjunto de novos métodos estatísticos mais eficientes para os experimentos de lista.

A premissa dos experimentos de lista é que se uma questão sensível é feita de forma indireta, garante a privacidade para que os entrevistados ofereçam respostas verdadeiras,

mesmo quando as normas sociais os incentivam a responder à pergunta de acordo com o que é desejável socialmente. Na ciência política, os experimentos de lista têm sido utilizados para estudar atitudes raciais (KUKLINSKI ET AL., 1997; TURGEON, CHAVES e WIVES, 2014), atitudes sobre imigrantes (SNIDERMAN e HAGENDOORN, 2007), comparecimento as urnas (*voter turnout*) (HOLBROOK e KROSNICK, 2010), e mais recentemente, compra de votos (CORSTANGE, 2012; GONZALEZ-OCANTOS ET AL, 2012; ALI’CARKOGLU e AYTAC, 2015).

Porém, o ganho em eliminação do viés de desejabilidade social e garantia da privacidade aos respondentes gera um custo de redução da eficiência, pois há a perda de informação devido às respostas serem agregadas (soma dos itens escolhidos). Imai (2011) e Blair e Imai (2012) desenvolvem novos estimadores de máxima verossimilhança<sup>8</sup> (ML) que possibilitam a realização de análises de regressão multivariada para os experimentos de lista em diferentes desenhos de pesquisa. Tal método permite estimar valores para os diferentes parâmetros do modelo e assim explorar eficientemente as características individuais dos respondentes e a probabilidade de responder ao item sensível, possibilitando examinar quem é mais (ou menos) propenso a concordar com o item sensível.

A vantagem fundamental da metodologia de regressão proposta por Blair e Imai (2012) é a sua maior eficiência estatística, pois permite recuperar a perda de informação resultante da agregação das respostas dos experimentos de lista. No entanto, a validade do método depende de alguns pressupostos.

Um primeiro pressuposto é a hipótese de sem efeito de desenho (*no design effect*), por isso um teste estatístico com a hipótese nula de *no design effect* é conduzido como proposto pelos autores. Um efeito de desenho pode surgir quando os indivíduos avaliam os itens da lista relativamente uns aos outros. É pressuposto que a adição do item sensível não altera a soma das respostas positivas para os demais itens controle. Blair e Imai (2012) chamam isso de pressuposto de nenhum efeito de desenho (pressuposto 1). A presença de um “efeito de desenho” causaria que a avaliação do entrevistado dos itens controle dependeria do item sensível, levando a diferentes propensões de concordar com os itens controle entre os grupos de controle e tratamento (BLAIR e IMAI, 2012).

O segundo pressuposto é que os respondentes dão respostas verdadeiras para o item sensível (*no liars*), ou seja, não há mentirosos. Assim, sob os pressupostos 1 e 2, assumimos

---

<sup>8</sup>O método de máxima verossimilhança estima os valores dos diferentes parâmetros do modelo estatístico de maneira a maximizar a probabilidade dos dados observados (isto é, busca parâmetros que maximizem a função de verossimilhança). Ver mais em King et al. (2000).

que a adição de itens sensíveis não altera as respostas aos itens de controle (sem efeito de desenho) e que a resposta para cada item é sensível verdadeiras (sem mentirosos). Desta maneira, o método proposto permite aos pesquisadores conduzir análises estatísticas multivariadas com os resultados dos experimentos de lista.

O segundo método utilizado, foi uma lista de itens em uma escala de *Likert*. Numa escala de classificação de 4 pontos (Discordo muito, Discordo, Concordo, Concordo Muito). Ao responder à lista com os itens na escala de *Likert*, os respondentes especificam seu nível de concordância ou discordância na escala, assim o intervalo captura a intensidade dos sentimentos para uma determinada afirmação. Esta escala de classificação assume que as distâncias entre cada avaliação são iguais e simétricas, pois há um número igual de itens de concordância e discordância (ARMSTRONG, 1987).

A escala de *Likert* é um método de escala bipolar, medindo respostas positivas ou negativas em relação a uma afirmação. É incluído um ponto mediano na escala, a opção “Nem discordo, nem concordo”, mas algumas vezes este ponto é excluído, é a chamada escolha forçada (*forced choice*), visto que o ponto neutro é retirado (ARMSTRONG, 1987). O ponto neutro pode ser uma opção fácil para o respondente que está incerto em relação a sua resposta, porém mais inclinado em determinada direção.

#### 4.1. DESENHO EXPERIMENTAL

Para os propósitos deste trabalho, foram analisados apenas os questionários dos alunos autodeclarados brancos da Universidade Federal de Santa Catarina, uma vez que o foco são as atitudes e opiniões dos brancos em relação à reserva de vagas nas universidades federais brasileiras. A autodeclaração envolve o “processo interno a rejeição ou aceitação de símbolos, tradições, estilo de vida associados com determinados grupos” (TELLES, 2004, p. 89), por isso é escolhida como critério de classificação.

Ainda mais, a autoclassificação seria um processo mais reflexivo, enquanto que a categorização feita por terceiros envolveria percepções de *status*, localização geográfica e noções individuais de cor (MUNIZ, 2012), o que tenderia a aumentar a ambiguidade de classificação racial brasileira. Além disso, a autodeclaração vêm sendo usada como método oficial de classificação racial no Brasil desde 1950 (TELLES e BAILEY, 2002). A autodeclaração é ainda a única forma de não violar identidades, respeitar preferências e permitir a expressão das complexidades individuais, coletivas e circunstanciais envolvidas na construção da raça/cor (MUNIZ, 2012).

Considere um experimento lista aplicado a uma amostra aleatória de  $N$  entrevistados de uma população. Em um desenho padrão, dividimos aleatoriamente a amostra em grupos de tratamento e controle, onde  $T_i = 1$  ( $T_i = 0$ ) implica que respondente  $i$  pertence ao grupo de tratamento (controle). Os entrevistados do grupo controle são apresentados a uma lista com  $J$  itens controle e pergunta-se com quantos dos itens eles concordam. No exemplo de preconceito racial de Kuklinski et al. (1997b), três itens de controle foram usados, e assim temos  $J = 3$ . Os entrevistados no grupo de tratamento são apresentados com a lista completa dos itens controle e um item sensível e pede-se, da mesma forma, como quantos dos ( $J + 1$ ) itens que eles concordariam. Assumimos que os primeiros itens  $J$ , isto é,  $j = 1, \dots, J$ , são os itens controle e o último item, ou seja,  $j = J + 1$ , é o item sensível. A ordem dos itens em ambas listas (controle e tratada) são aleatorizados para minimizar os efeitos de ordenamento das questões.

O experimento de lista embutido no *survey* designava aleatoriamente os respondentes para o grupo controle e grupo tratado, como também a ordem dos itens da lista. Os itens do grupo controle foram os seguintes (ordem aleatória dos itens a cada vez):

*“Agora vamos falar sobre as formas de ingresso nas universidades federais brasileiras. Da seguinte lista de itens, com quantos, você concorda? Não precisamos saber quais, estamos interessados apenas na quantidade de itens desta lista com os quais você concorda”.*

- 1) *As universidades deveriam adotar o ENEM como modo de ingresso;*
- 2) *O aumento do número de vagas nas universidades federais facilitou o ingresso de alunos pouco qualificados;*
- 3) *As universidades deveriam adotar um sistema de ingresso sem prova;*
- 4) *O vestibular é uma boa prova para selecionar os alunos;*

O item sensível era o seguinte:

- 5) *A política de reserva de vagas para negros (política de cotas raciais) é uma política importante.*

O primeiro item controle se refere ao Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), o qual é uma prova realizada pelo Ministério da Educação do Brasil (MEC). Ela é utilizada para avaliar a qualidade do ensino médio no país e seu resultado serve também para acesso ao



ensino superior em universidades públicas brasileiras através do Sistema de Seleção Unificada (SiSU). O Enem é o maior exame do Brasil e para alguns é uma forma mais justa de admissão em um sistema que é limitado e normalmente requer que o estudante viaje até o local da universidade pretendida para fazer a prova específica daquela instituição.

O segundo item controle concerne ao recente aumento no número de vagas nas universidades federais. Na última década o governo do presidente Lula expandiu quase um terço do número de vagas nas instituições de ensino superior e alguns acreditam que isso possibilitou a entrada de estudantes mal qualificados. O terceiro item controle sugere que as universidades deveriam abandonar as provas de entrada nas universidades e adotar outra forma de seleção.

O quarto item controle é sobre a tradicional forma de ingresso nas universidades brasileiras, o vestibular. O quinto e último item, socialmente sensível, mede a atitude dos estudantes face ao uso do sistema de reserva de vagas para negros, o qual reserva um número de vagas para estes candidatos.

Note que todos os itens são relacionados com a entrada nas universidades públicas federais brasileiras, o que torna menos suspeito e mais difícil dos participantes descobrirem o tema da pesquisa, diferentemente, caso os itens não fossem relacionados. Portanto, “se os respondentes não acreditam que os itens controle não são suficientes para garantir respostas anônimas, então, todo o objetivo de se administrar o experimento de lista foi comprometido” (CORSTANGE, 2009, p. 62).

Esses itens foram escolhidos seguindo as recentes recomendações de como melhor construir uma lista (GLYNN, 2010). Mais ainda, os itens foram escolhidos de forma para evitar qualquer *ceiling effect*, Kuklinski et al. (1997b) observa que um *ceiling effect* pode ocorrer quando um entrevistado responde positivamente a todos os itens não sensíveis.

Quando isso ocorre com um entrevistado do grupo tratado, ele já não tem proteção suficiente para relatar honestamente sua resposta ao item sensível e, portanto, ele pode deixar de relatar a sua resposta verdadeira à lista de tratamento. Portanto, falsas respostas em relação a atitudes e opiniões não só significam um erro de mensuração, mas também significam análises sistematicamente erradas, estimadores errados, sinais errados e variáveis sem poder explicativo (CORSTANGE, 2008). Isto tudo faz das falsas respostas não só um problema epistemológico, mas, “um problema epistemológico com dentes” (CORSTANGE, 2008, p. 2).

Kuklinski et al. (1997b) relata esse problema a partir de uma experiência própria. Em seu estudo, os resultados para os respondentes não sulistas mostrou que uma grande parte do

grupo controle concordou com todos os itens não sensíveis, e devido ao consequente *ceiling effect*, os resultados em seu texto era de uma proporção negativa para o item sensível. As listas não devem ser curtas demais, porque listas curtas tendem a aumentar a probabilidade de efeitos de teto (GLYNN, 2013).

Para evitar isso, Glynn (2010) recomenda a utilização de uma correlação negativa (*negative correlation*) entre os itens, o que pode ser observado entre os itens (1) e (3) da nossa lista, pois, alguém que acredita que o ENEM deve ser adotado como forma de ingresso em todas universidades federais, jamais concordará com um sistema de livre ingresso nas Universidades e vice-versa.

Neste estudo, o experimento designava aleatoriamente os respondentes para 5 grupos diferentes: Grupo (1) controle com os 5 itens apresentados diretamente e individualmente; o Grupo (2) controle recebeu a lista de itens controle completa, com 4 itens, e o Grupo (3) tratado recebeu os 4 itens controle como o anterior, porém, com o acréscimo do 5º item sensível, formando o que chamo de “lista longa”. O Grupo (4) controle recebeu a lista de itens controle com 3 itens<sup>9</sup> e o Grupo (5) tratado os mesmos três itens controle com o item sensível adicionado, formando o chamo de “lista curta”. Todos estes grupos foram criados para explorar metodologicamente as implicações sobre a forma de apresentar os itens, quantidade de itens e análise do experimento.

Vários autores (BERINSKY, 2002; CORSTANGE, 2009; GLYNN, 2010; IMAI, 2011) vêm indagando sobre o tamanho das listas e suas implicações metodológicas, pois, por um lado a lista deve ser grande suficiente para garantir a privacidade à resposta do item sensível, mas por outro lado, muitos itens sobrecarregam os respondentes cognitivamente. Além disso, Corstange (2009) mostra que os erros-padrão são menores quando o número de itens controle é menor. Logo, esses grupos foram criados para explorar tais questões metodológicas sobre o tamanho da lista.

No segundo método utilizado, os itens da escala de *Likert*<sup>10</sup> mensuram dimensões de cada uma das três teorias testadas neste estudo sobre o apoio ou não das políticas afirmativas. Neste método, não houve qualquer diferença entre as listas recebidas entre os grupos, os seguintes itens mensuram o racismo simbólico, predisposições políticas e dominância social (*ordem aleatória dos itens a cada vez*).

---

<sup>9</sup> O item (2) foi retirado para não afetar o desenho da correlação negativa entre os itens.

<sup>10</sup> Os itens foram codificados de 0 (discordo muito) a 3 (concordo muito), resultando em escalas de escore máximo de 9 e escore mínimo de 0, tornando assim, todas as três escalas comparáveis.

Os itens do Racismo Simbólico foram escolhidos de acordo com as indicações e a escala utilizada por Tarman e Sears (2005):

- (i) Vantagens não merecidas: 8.1 “Ao longo dos últimos anos, os negros têm recebido mais atenção do governo do que eles merecem”.
- (ii) Esforço próprio: 8.8 “Se os negros no Brasil se esforçassem mais, eles poderiam se sair tão bem quanto os brancos”.
- (iii) Discriminação: 8.3 “A discriminação racial cria condições mais difíceis para os negros avançarem na vida”.

Para Predisposições Políticas, os itens foram selecionados de acordo com Sniderman e Carmines (1997):

- (i) Individualismo: 8.4 “Todos os Brasileiros compartilham a norma de vencer na vida pelo esforço individual”.
- (ii) Papel do Estado: 8.7 “O Estado brasileiro deve ser o principal responsável pelo bem-estar das pessoas”.
- (iii) Estruturalismo: 8.2 “Mesmo que as pessoas se esforcem, muitas vezes eles não conseguem alcançar seus objetivos”.

Para a teoria da Dominância Social os itens foram baseados na escala de Dominância Social de Sidanius, Singh, Hetts e Federico (2000):

- (i) Ressentimento intergrupo: 8.5 “Se determinados grupos de pessoas ficassem em seu lugar, teríamos menos problemas”.
- (ii) Sentimento intragrupo: 8.9 “As minorias deveriam ter mais espaço, mesmo que isto signifique deixar de lado uma maioria relevante”.
- (iii) Dominação intergrupo: 8.6 “O Brasil está preocupado demais em tratar todas as pessoas de maneira igual”.

As escalas de cada teoria foram codificadas a partir da escala de *Likert*, de forma que maiores valores indicam uma maior concordância com cada uma das três teorias. Assim, todas as três escalas de Racismo Simbólico, Dominância Social e Predisposições Políticas podem assumir valores entre 0 (discordância de todos os itens) e 3 (concordância com todos itens).

A variável conhecimento político também foi incluída no *survey*. A mensuração típica do conhecimento político é a soma das respostas corretas de uma pessoa em uma série de perguntas neutras sobre fatos de assuntos públicos (ZALLER, 1992). Uma escala para essa variável foi construída, composta de 5 itens medindo conhecimento político amplo e específico sobre as ações afirmativas. Esta variável foi criada como *proxy* de sofisticação política (DELLI KARPINI e KEETER, 1996) para mensurar a interação desse constructo com as teorias e o apoio ou não às cotas raciais (ver Anexo I). Ideologia também foi mensurada em uma escala típica de 7 pontos: 1: extrema esquerda; 2: esquerda; 3: centro-esquerda; 4: centro; 5: centro-direita; 6: direita e 7: extrema direita (ver Anexo I).

O *survey* contém outras perguntas além daquelas relacionadas aos experimentos de lista e da escala de *Likert*, para traçar o perfil do entrevistado, como renda, raça, identificação étnica, idade, gênero, formação secundária, forma de ingresso na universidade, perfil dos pais, para serem usadas como variáveis de controle.

#### 4.2. DADOS E PROCEDIMENTOS

Entre março de 2014 e junho de 2014, foram concebidos e operacionalizados os conceitos a serem estudados em um *survey*. No mês de novembro de 2014 o *survey* foi online e aplicado para todos os estudantes de graduação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), para medir as atitudes dos estudantes sobre o sistema de cotas. Nos anos 2000, a internet cresceu em seu alcance e utilização, possibilitando amostras grandes, acessíveis e com menor custo para pesquisas e experimentos de todos os pesquisadores. Krysan e Couper (2003) mostram as vantagens das novas tecnologias para se pesquisar e perguntar sobre temas raciais, como trazem novos *insights* metodológicos e teóricos na mensuração com técnicas computacionais e uso da internet.

Krysan e Couper (2003) usam técnicas experimentais inovativas para simular e manipular uma ampla bateria de perguntas sobre atitudes raciais e interações interfaciais. E seus dados demonstram que *surveys* online minimizam efeitos de ‘desejabilidade social’,

‘raça do entrevistador’ e clareiam outros pontos como mostram novos rumos na área de estudos raciais. Outros trabalhos também já utilizaram de tais métodos para estudar ações afirmativas no Brasil (TURGEON ET AL., 2014, VIDIGAL, 2015).

Os estudantes foram contatados por e-mail e responderam ao questionário voluntariamente. Os alunos foram convidados para participar de um estudo sobre o perfil dos estudantes na UFSC, e o experimento perguntava sobre as formas de ingresso nas universidades federais brasileiras. No total, 1132 questionários foram completados. Cada questionário específico possui uma quantidade de 14 perguntas, diferindo apenas quanto às questões do tipo de lista controle e tratada ou pergunta direta. Entre os questionários completados durante a pesquisa, 861 questionários foram válidos e 738 respondentes se autodeclararam como brancos. A amostra final não é representativa para o país<sup>11</sup>, mas captura a variação de raça (85,6% de autodeclarados brancos) e gênero (56% de mulheres) do Estado de Santa Catarina<sup>12</sup>.

As análises aqui são realizadas a partir do pacote *list* no software de análise estatística *R*. O pacote implementa os métodos desenvolvidos por Imai (2011), Blair e Imai (2012), Lyall, Blair e Imai (2013) e Imai, Park e Greene (2015).

---

<sup>11</sup> A distribuição racial no Brasil, segundo a PNAD de 2014 é de 45,5% de autodeclarados brancos.

<sup>12</sup> Maior proporção de brancos no Brasil, segundo dados do Censo do IBGE 2010.

## 5. RESULTADOS

O primeiro passo é confirmar que os grupos experimentais são comparáveis. Logo, testes de diferenças de médias entre os grupos foram realizadas e não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os grupos em termos de sexo, raça, renda e conhecimento político e, portanto, indica que a seleção aleatória foi bem sucedida (ver Anexo II). A seleção aleatória garante as bases para assumir que o grupo controle se comporta como o grupo tratado teria se comportado se não tivesse recebido o tratamento (e vice-versa). Ao comparar o resultado médio no grupo tratado com o resultado médio no grupo controle, o efeito médio do tratamento pode ser estimado. Por isso, a realização de testes estatísticos para esclarecer se as diferenças entre os grupos ocorreram simplesmente por acaso (variabilidade da amostra) ou se são resultados do tratamento experimental (DRUCKMAN ET AL., 2011).

Tabela 1: Teste para Efeito de Desenho do Experimento de Lista (Lista Longa)

valor do y	Ações Afirmativas			
	$\pi_{y0}$	<i>e.p.</i>	$\pi_{y1}$	<i>e.p.</i>
0	8.4%	.02	3.1%	.03
1	23.5	.04	5.0	.05
2	36.1	.04	4.7	.04
3	19.7	.03	2.2	.02
4	1.1	.01	1.2	.01
Total	88.8		16.2	

Nota. A tabela mostra a proporção estimada para cada grupo experimental ( $\pi_{y,z}$ ) caracterizado pelo número total de respostas afirmativas aos itens controle (y) e a resposta verdadeira para o item sensível (1 indica afirmativo e 0 representa negativo). Os erros padrão também são fornecidos para cada proporção estimada.

O primeiro pressuposto para a análise do experimento de lista é a hipótese de sem efeito de desenho (*no design effect*). Um efeito de desenho pode surgir quando os indivíduos avaliam os itens da lista relativamente uns aos outros. É pressuposto que a adição do item sensível não altera a soma das respostas positivas para os demais itens controle (BLAIR e IMAI, 2012). Logo, esse teste realizado foi para verificar se não há “efeito de desenho”. Aqui, queremos falhar em rejeitar a hipótese nula de sem efeito de desenho, portanto, nosso *p-valor* com correção de Bonferroni deve estar acima do limite definido, no caso, *alpha* dividido por dois (.025) e não deve haver valores negativos para as proporções estimadas da população.

Sob os pressupostos de *no design effect* e *no liars* (pressupostos 1 e 2), estimamos as proporções populacionais de cada grupo. Os resultados para a lista longa (Grupos 2 e 3) e a lista curta (Grupos 4 e 5) são reportados nas Tabelas 1 e 2.

Tabela 2: Teste para Efeito de Desenho do Experimento de Lista (Lista Curta)

valor do y	Ações Afirmativas			
	$\pi_{y0}$	<i>e.p.</i>	$\pi_{y1}$	<i>e.p.</i>
0	17.5%	.03	-2.9%	.03
1	29.2	.04	-1.8	.05
2	28.6	.05	1.9	.04
3	26.1	.03	1.2	.008
Total	101.4		-1.6	

Nota. A tabela mostra a proporção estimada para cada grupo experimental ( $\pi_{yz}$ ) caracterizado pelo número total de respostas afirmativas aos itens controle (y) e a resposta verdadeira para o item sensível (1 indica afirmativo e 0 representa negativo). Os erros padrão também são fornecidos para cada proporção estimada.

O *alpha* de ambas listas estão acima do limite definido (.35 e .51) e, portanto, não podemos rejeitar a hipótese nula de sem efeito de desenho para ambas listas, isto é, as listas são boas e portanto não há efeito de desenho. Entretanto, a lista curta (4 itens) apresenta proporções estimadas negativas para a população para a escolha de 0 ou 1 item no grupo tratado. Apesar de não significativos, tais resultados diminuem a confiança de que a adição do item sensível não altera a soma das respostas positivas para os demais itens controle. Essa proporção negativa dos itens indica que nenhum respondente está concordando com 0 ou 1 item da lista, o que pode indicar um efeito de teto (*ceiling effect*), isto é, os respondentes estão concordando com todos os itens da lista. Desta maneira, de aqui em diante irei reportar apenas os resultados para a lista longa (5 itens) e ainda mais, não houveram diferenças significativas nas respostas entre os dois tamanhos de listas, diferentemente do esperado inicialmente (ver Anexo III).

A Tabela 3 mostra que apenas cerca de 3.6% dos respondentes do grupo controle da lista longa concordam com todos os itens da lista. Da perspectiva do desenho de lista, esse resultado é excelente, porque mostra que quase nenhum dos respondentes concordam com todos os itens da lista, mitigando qualquer efeito de teto. Logo, isso revela que os itens foram escolhidos de forma tal que poucas respostas extremas são observados no grupo de controle.

Tabela 3: Dados observados do Experimento de Lista (Lista Longa)

Valor da Resposta	Grupo Controle		Grupo Tratado	
	Frequência	Proporção	Frequência	Proporção
0	19	9.8%	14	8.4%
1	46	23.7	41	24.8
2	79	40.7	60	36.4
3	43	22.2	40	24.2
4	7	3.6	6	3.6
5			4	2.4
Total	194		165	

Nota. A tabela mostra o número de respondentes para cada valor da variável dependente  $y$  e suas proporções, separadamente para o grupo controle e o grupo tratamento. As proporções não somam 100% devido ao arredondamento.

A Tabela 4 apresenta a simples diferença de médias entre o grupo tratado e o grupo controle dos respondentes brancos. A diferença de médias entre as listas (multiplicada por 100) indica a proporção estimada de 5,79% de estudantes brancos ( $0.579$ ;  $e.p. = .11$ ;  $n = 304$ ) do estudo que escolheram o item sensível e, assim, concordam com as cotas raciais na UFSC. Este número pode ser comparado ao obtido a partir do grupo de referência, que respondeu à pergunta direta, sem privacidade.

Tabela 4: Média estimada de apoio às cotas raciais na UFSC pelos autodeclarados brancos

A	B	B - A
Grupo Experimento Lista em %	Grupo Pergunta Direta em %	
5.79 (.119)	39.70	33.91
$n$ 304	136	

Números entre parênteses correspondem ao erro padrão.

Os respondentes brancos do grupo de referência mostraram um apoio médio de 39,7% às cotas raciais. A diferença entre este grupo de referência e o grupo a partir do experimento de lista (39,7% - 5,79%) indica uma superestimação das preferências reais sobre as cotas raciais. Assim, o apoio às cotas raciais entre os estudantes brancos da UFSC pode ser superestimado por quase 34% em pesquisas convencionais. O resultado aqui reforça a existência do



efeito de desejabilidade social sobre os respondentes brancos (33,91%). Consistentes com pesquisas anteriores (VIDIGAL, 2015), esse resultado reforça a dificuldade empírica para medir opiniões relacionadas com raça dos indivíduos brancos, o que demonstra a importância do emprego de novos métodos, como o experimento de lista, na pesquisa de temas socialmente sensíveis na Ciência Política.

### 5.1. EXPLICANDO A DESAPROVAÇÃO DAS COTAS RACIAIS: MODELOS MULTIVARIADOS

O efeito de desejabilidade social é claro: os estudantes brancos não revelam suas verdadeiras opiniões quando confrontados com uma pergunta direta em um survey tradicional<sup>13</sup>. O apoio às ações afirmativas é extremamente baixo entre os estudantes brancos. Enquanto o simples teste de médias é informativo, os determinantes desse primeiro resultado devem-se a outros fatores e assim passo a explorar quais características estão associadas a essa rejeição. A seguir são apresentados os modelos estimados para cada uma das teorias sobre a oposição às AA. Os valores de interesse são os da coluna do ‘item sensível’, a qual apresenta as estimativas dos indivíduos ao item de interesse do experimento de lista segundo cada variável independente.

Tabela 5: Estimativas para a Teoria do Racismo Simbólico

Variáveis	Item Sensível		Itens Controles	
	Est.	<i>e.p.</i>	Est.	<i>e.p.</i>
<i>Intercepto</i>	1.273	2.145	-0.287	0.244
Racismo Simbólico	-0.371	0.417	-0.016	0.034
Gênero (mulher)	-1.432	1.326	0.112	0.149
Renda	-0.082	0.139	0.012	0.015

Significância do *p*-valor: ‘\*’.05 ‘\*\*\*’.10 ‘\*\*\*\*’ .01

A Tabela 5 apresenta as estimativas para o modelo de regressão para a teoria do racismo simbólico, com as variáveis de controle de gênero e renda dos indivíduos. A variável foi codificada de maneira que maiores valores indicam maior concordância com a teoria do racismo simbólico. Logo, espera-se uma menor concordância dos indivíduos com as AA. As

<sup>13</sup> O efeito de desejabilidade social em ações afirmativas já foi discutido também em Turgeon et al. (2014) e Vidigal (2015).

estimativas indicam que quanto maior o *score* do indivíduo na escala de racismo simbólico, menor seu apoio às cotas raciais, como esperado teoricamente. Porém, as estimativas não alcançam significância estatística.

A Tabela 6 a seguir mostra os resultados para a teoria da dominância social com os controles de gênero e renda. A variável foi codificada de maneira que maiores valores indicam maior concordância com a teoria, logo, espera-se uma menor concordância dos indivíduos com altos *scores* na escala com as AA. No entanto, o coeficiente para a dominância social não se comporta como o esperado. Ele é positivo e indica que uma maior concordância com a teoria leva a maiores graus de apoio às cotas raciais. Este primeiro resultado não corrobora com a hipótese deste trabalho, apesar das estimativas não alcançarem significância estatística, maiores escores de concordância com os itens sobre (i) ressentimento intergrupo, (ii) sentimento intragrupo e (iii) dominação intergrupo deveriam gerar uma menor proporção estimada de apoio às AA.

Tabela 6: Estimativas para a Teoria da Dominância Social

Variáveis	Item Sensível		Itens Controles	
	Est.	<i>e.p.</i>	Est.	<i>e.p.</i>
<i>Intercepto</i>	-2.594	3.104	-0.252	0.288
Dominância Social	0.552	0.719	-0.020	0.056
Gênero (mulher)	-1.730	1.560	0.164	0.159
Renda	-0.071	0.134	0.006	0.016

Significância do *p*-valor: ‘\*’.05 ‘\*\*\*’.10 ‘\*\*\*\*’.01

A Tabela 7 apresenta o modelo de regressão para a teoria das predisposições políticas com os controles de gênero e renda dos indivíduos. A variável foi codificada de maneira que maiores valores indicam maior concordância com a teoria, isto é, espera-se um sinal negativo do coeficiente de predisposições políticas. As estimativas indicam que quanto maior o *score* do indivíduo na escala de predisposições políticas, menor seu apoio às cotas raciais, isto é, como esperado teoricamente. Porém, as estimativas não alcançam significância estatística.

Tabela 7: Estimativas para a Teoria das Predisposições Políticas

Variáveis	Item Sensível		Itens Controles	
	Est.	<i>e.p.</i>	Est.	<i>e.p.</i>
<i>Intercepto</i>	3.826	4.753	-0.481	0.324
Predisposições Políticas	-0.786	0.932	0.015	0.054
Gênero (mulher)	-2.106	1.903	0.187	0.156
Renda	-0.120	0.128	0.012	0.015

Significância do *p*-valor: ‘\*’.05 ’\*\*\*’.10 ‘\*\*\*\*’ .01

É interessante notar que em todos os modelos construídos a direção de efeito de gênero e renda são os mesmos, sempre negativos, indicando uma menor probabilidade de apoio dos estratos mais altos de renda e das mulheres. Renda possui um efeito claro nas atitudes raciais dos respondentes, há uma alta rejeição dos brancos de classe alta como trabalhos anteriores já demonstraram (BOBO e KLUEGEL, 1993; KLUEGEL e SMITH, 1983; VIDIGAL, 2015) e com todas as estimativas dos modelos construídos mostram um sinal negativo, entretanto, as estimativas não são estatisticamente significantes.

Raça e classe atuam de forma conjunta para formar a estratificação social no Brasil. As origens de classe também são resultado do acúmulo de privilégios raciais e desvantagens do passado, incluindo sistemas como o racismo clássico e sistemas de trabalho forçado que grupos étnicos foram subjugados em todo o mundo. Portanto, o efeito negativo da renda sobre o apoio às AA está como esperado e aumenta de acordo com a renda como em outros estudos (VIDIGAL, 2015).

A existência de uma diferença de gênero em conhecimento político não é um fenômeno novo. As barreiras sociais que historicamente excluíram mulheres da política, não somente do sufrágio, como também as desencorajaram dos cargos políticos, criaram um *gap* e distorções no conhecimento político, deixando os homens brancos sempre mais bem informados politicamente (LUSKIN, 1990; DELLI CARPINI; KEETER, 1996; BARABAS ET AL., 2014; RENNÓ, 2007). Portanto, o efeito negativo de ser mulher deve-se ao *gap* de gênero em conhecimento político e não a qualquer idiossincrasia de gênero. Em níveis mais elevados de conhecimento político as diferenças de gênero são menores do que em níveis mais baixos de conhecimento. Onde quase todos os indivíduos de ambos os sexos possuem níveis semelhantes de educação e ocupação, embora não necessariamente iguais, devemos esperar uma completa ausência de diferenças entre homens e mulheres (LUSKIN, 1990).

Programas de resultados finais (e.g. transferência de renda, cotas universitárias) são rejeitados pelos altos estratos econômicos porque são vistos como violadores da crença de que empregos e benefícios econômicos devem ser alocados com base no talento, capacidade e esforço individual (KLUEGEL & SMITH, 1983). Fornecer recompensas com base em uma característica de um grupo sem levar em conta as qualificações individuais são vistos como injustos e, ao longo prazo ameaçam os princípios que sustentam uma sociedade economicamente próspera (BOBO & KLUEGEL, 1993).

Para facilitar a visualização dos efeitos de cada uma das teorias de interesse, os Gráficos 1, 2 e 3 apresentam os gráficos em relação à cada um dos modelos anteriores. A visualização dos gráficos mostra a direção de efeito de cada uma das variáveis. O modelo de pós estimação que utilizo são simulações de Monte Carlo e cadeias de Markov (MCMC) com base nos coeficientes estimados e a matriz de variância-covariância<sup>14</sup> estimada a partir do modelo de regressão do experimento de lista.

**Gráfico 1: Modelo multivariado para a Teoria do Racismo Simbólico**

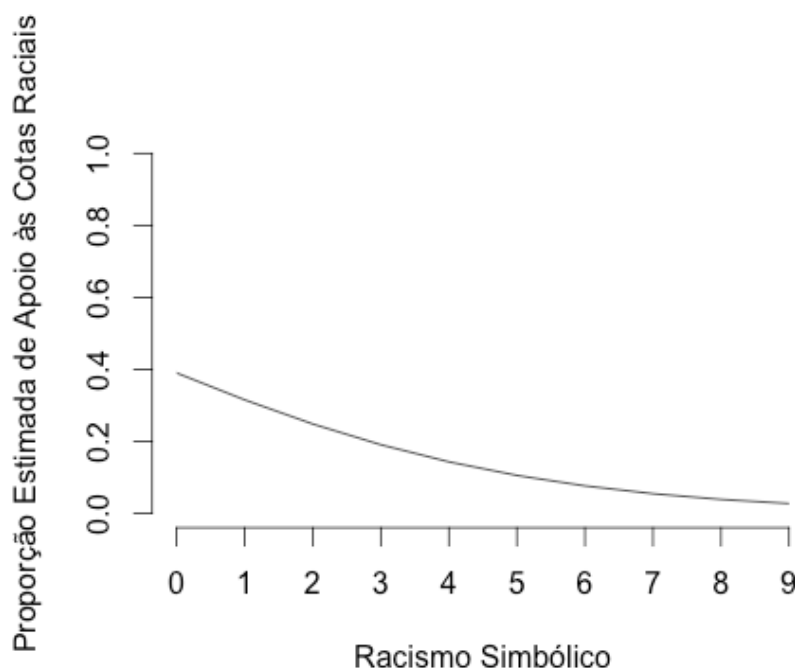


Gráfico 1. O eixo y dos gráficos corresponde à proporção estimada dos respondentes que concordaram com o item sensível da lista de acordo com a variável de Racismo Simbólico.

<sup>14</sup> O trabalho de King, Tomaz e Wittenberg (2000) descreve o modelo utilizado.

O Gráfico 1 apresenta a proporção estimada de apoio às cotas raciais para o racismo simbólico. Ao compararmos as proporções estimadas de apoio às AA entre os indivíduos de diferentes níveis na escala de racismo simbólico, as estimativas mostram um efeito negativo do racismo simbólico. Entretanto, as estimativas não são estatisticamente significantes.

O Gráfico 2 apresenta a proporção estimada de apoio às cotas raciais para a dominância social. Ao compararmos as proporções estimadas de apoio às AA entre os indivíduos de diferentes níveis na escala de dominância social, as estimativas mostram um efeito positivo da dominância social, ao contrário da expectativa teórica. Maiores valores na escala indicam maior concordância com os valores da dominância social, logo, espera-se uma menor concordância dos indivíduos com as AA, mas o oposto é retratado no Gráfico 2, a proporção estimada de apoio aumenta. Entretanto, as estimativas não são estatisticamente significantes.

**Gráfico 2: Modelo multivariado para a Teoria da Dominância Social**

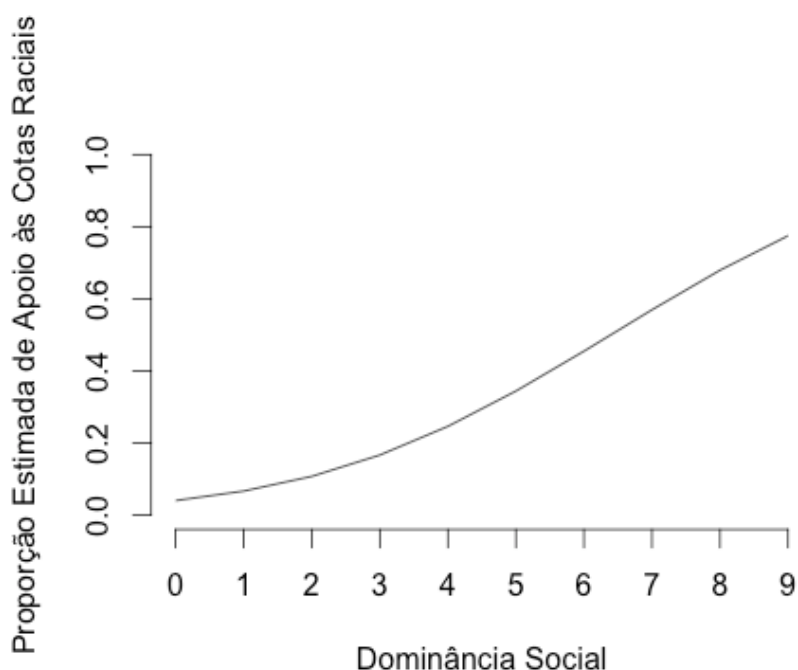


Gráfico 2. O eixo y dos gráficos corresponde à proporção estimada dos respondentes que concordaram com o item sensível da lista de acordo com a variável de Dominância Social.

O Gráfico 3 mostra a proporção estimada de apoio às cotas raciais em relação as predisposições políticas dos respondentes. Ao compararmos as proporções estimadas de apoio às AA entre os indivíduos de diferentes níveis na escala de predisposições políticas, as

estimativas mostram um efeito negativo dessa teoria. Entretanto, as estimativas não alcançam significância estatística.

Com exceção da teoria da dominância social (Gráfico 2), as demais teorias se comportam de acordo com o esperado. Deve-se destacar que as estimativas sugerem efeitos grandes para a teoria da dominância social e predisposições políticas (Gráfico 3), porém, devido ao tamanho da amostra (baixo número de observações) e que poucos alunos, de fato, apoiam as cotas raciais (apenas cerca de 6%), nenhuma das estimativas é estatisticamente significativa.

Seguindo os achados dos gráficos, a teoria com maior efeito seria a dominância social. Porém, está na direção contrária ao esperado. Assim, novos modelos foram construídos com a inclusão de termos interativos com o conhecimento político, pelo fato que existem razões teóricas para que os efeitos de cada teoria sobre o apoio às cotas raciais possa depender do nível de conhecimento político individual.

**Gráfico 3: Modelo multivariado para a Teoria das Predisposições Políticas**

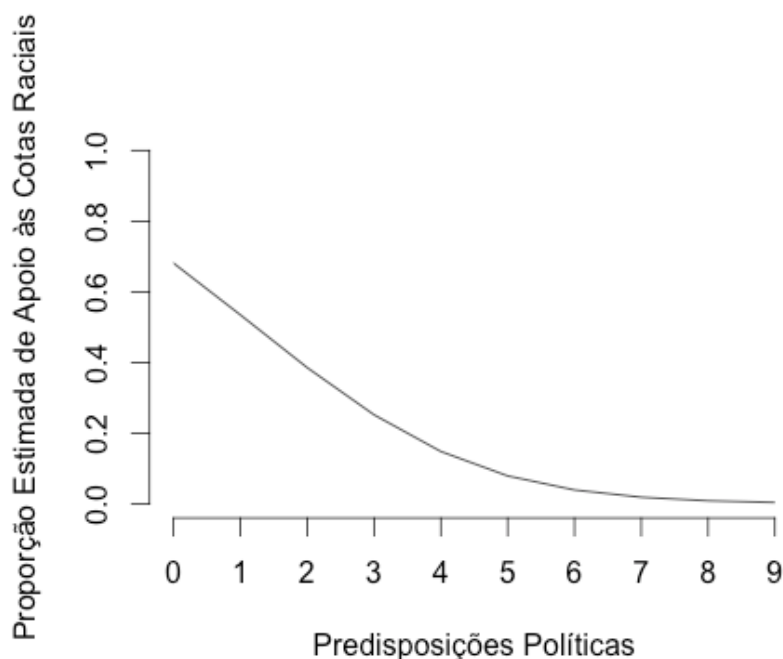


Gráfico 3. O eixo y dos gráficos corresponde à proporção estimada dos respondentes que concordaram com o item sensível da lista de acordo com a variável de Predisposições Políticas.

## 5.2. O PAPEL DO CONHECIMENTO POLÍTICO

Trabalhos mostram que indivíduos com alto conhecimento político são mais capazes de formar opiniões consistentes com as suas predisposições<sup>15</sup> (CONVERSE, 1964; DELLI CARPINI e KEETER, 1996; ZALLER, 1992) e uma maior adoção das normas democráticas como a tolerância política e a redução do preconceito (BOBO e MASSAGLI, 2001; OLIVER e MENDELBERG, 2000; ROBINSON, 2015). O conhecimento político possui um grande papel nas opiniões políticas, não só o conhecimento político geral, mas também o conhecimento específico sobre políticas raciais.

A hipótese é que o conhecimento político desempenha um papel importante relativo à adoção das normas democráticas como a tolerância política e a redução do preconceito e nesse sentido, levaria a um maior apoio às AA (ROBINSON, 2015). O conhecimento detalhado sobre políticas específicas faz com que os entrevistados tome decisões diferentes das que tomariam caso não tivessem tal conhecimento (GILENS, 2001).

Por essa razão, a hipótese aqui é que o conhecimento político tem dois efeitos: maior conhecimento político irá aumentar o apoio às cotas raciais e irá organizar de maneira coerente as atitudes raciais, isto é, de acordo com as preferências individuais as atitudes dos respondentes. Assim, espera-se que conhecimento político irá mediar os efeitos de cada uma das teorias, aumentando a magnitude dos efeitos do racismo simbólico e predisposições políticas (Gráficos 1 e 3), isto é, menores valores de concordância com cada teoria irão produzir um maior apoio às AA. Em segundo lugar, o conhecimento político tornará a direção do efeito da Dominância Social (Gráfico 2) sobre o apoio às AA negativa, como as demais teorias anteriores. Nas análises a seguir, examino a interação do conhecimento político com as teorias sobre oposição às cotas raciais e, sobretudo, se a interação de conhecimento político e dominância social mudará a direção de efeito.

Novos modelos foram construídos com a inclusão de termos interativos pelo fato que os efeitos de cada teoria sobre o apoio às cotas raciais dependem do nível de conhecimento político individual. Naturalmente, todos os termos constitutivos foram sempre incluídos nos modelos como recomendado pela literatura de ciência política (BRAMBOR ET AL., 2005).

---

<sup>15</sup> Zaller (1992) define predisposições como: “traços estáveis de nível individual que regulam a aceitação ou não aceitação de mensagens políticas recebidas” (22).

Tabela 8: Estimativas para a Teoria do Racismo Simbólico e Conhecimento Político

Variáveis	Item Sensível		Itens Controles	
	Est.	<i>e.p.</i>	Est.	<i>e.p.</i>
<i>Intercepto</i>	-6.596	5.105	0.629	0.362
Racismo Simbólico	1.260**	0.956	-0.220	0.080
Gênero (mulher)	-1.673	1.454	0.108	0.147
Renda	-0.035	0.184	0.008	0.016
Conhecimento Político	2.280*	1.383	-0.299	0.104
<i>Conhecimento Político * Racismo Simbólico</i>	-0.509	0.325	0.068	0.025

Significância do *p*-valor: \*.05 \*\* .10 \*\*\* .01

A magnitude das estimativas aumenta notadamente nos novos modelos apresentados nas Tabelas 8, 9 e 10. Este resultado corrobora com o esperado, pois o conhecimento político possibilita um melhor entendimento de conceitos políticos abstratos e complexos, e essas noções afetam como os indivíduos avaliam as políticas raciais e o entendimento de, por exemplo, cada uma das teorias aqui estudadas. Na Tabela 8, as estimativas do Racismo Simbólico e conhecimento político são estatisticamente significantes, o que aponta para o Racismo Simbólico como uma explicação para a oposição as cotas.

Tabela 9: Estimativas para a Teoria do Dominância Social e Conhecimento Político

Variáveis	Item Sensível		Itens Controles	
	Est.	<i>e.p.</i>	Est.	<i>e.p.</i>
<i>Intercepto</i>	-7.640	8.275	0.188	0.489
Dominância Social	1.106	1.855	-0.071	0.111
Gênero (mulher)	-1.394	1.750	0.119	0.175
Renda	-0.082	0.165	0.007	0.018
Conhecimento Político	1.770	1.927	-0.174	0.146
<i>Conhecimento Político * Dominância Social</i>	-0.206	0.459	0.021	0.034

Significância do *p*-valor: \*.05 \*\* .10 \*\*\* .01

As estimativas (Tabela 9) para o modelo interativo de Dominância Social e conhecimento político não alcançaram significância estatística, como tampouco alteram a direção de efeito anterior, a relação entre o apoio às cotas raciais e a concordância com a teoria da Dominância Social continua positiva. A estimativa do termo interativo está no



sentido esperado (negativo), mas não forte o suficiente para alterar a direção do efeito, resultado que sugere a rejeição da hipótese apresentada neste trabalho.

Na Tabela 10 abaixo, a estimativa para a teoria das Predisposições Políticas se torna significativa, como também a estimativa para conhecimento político. Além disso, a magnitude dessa estimativa é grande, resultado que faz sentido teórico. Pois a teoria trabalha com valores políticos que são conceitos abstratos (e.g. ideologia) e o conhecimento político tem um efeito organizador nesse processo. Assim, os resultados da Tabela 10 indicam que as predisposições políticas individuais também podem explicar parte da oposição às AA.

Tabela 10: Estimativas para a Teoria do Predisposições Políticas e Conhecimento Político

Variáveis	Item Sensível		Itens Controles	
	Est.	<i>e.p.</i>	Est.	<i>e.p.</i>
<i>Intercepto</i>	-25.329	17.090	0.274	0.490
Predisposições Políticas	4.429**	3.573	-0.088	0.122
Gênero (mulher)	2.243	2.157	-0.002	0.144
Renda	-0.475	0.296	0.020	0.146
Conhecimento Político	10.681**	7.366	-0.228	0.151
<i>Conhecimento Político * Predisposições Políticas</i>	-1.956	1.523	0.030	0.037

Significância do *p*-valor: \*'.05 \*\*\*'.10 \*\*\*\*' .01

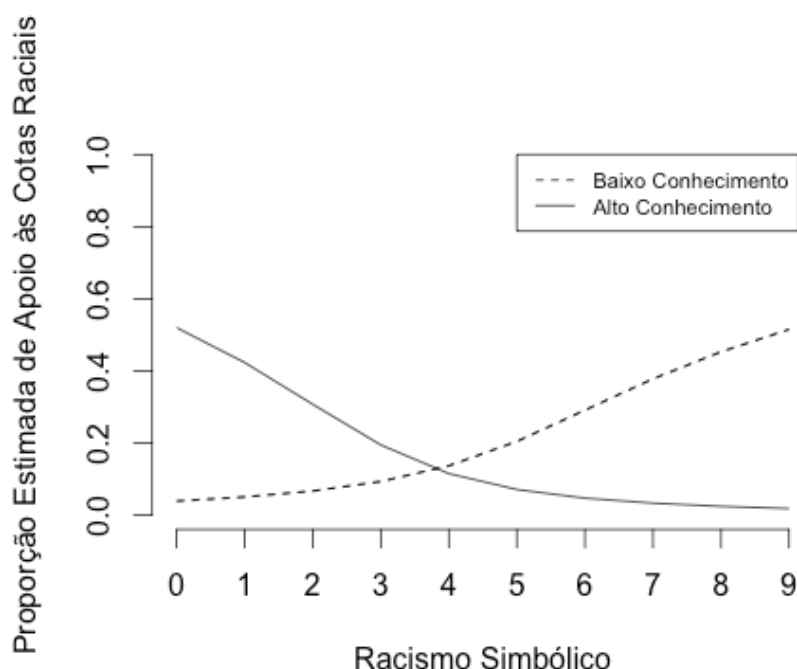
Conhecimento político facilita o processamento de informações e também ajuda a manter atitudes mais fortes (WOOD, RHODES e BIEK, 1995). As pessoas podem perceber, entender e reconhecer os méritos de uma grande variedade de informações. O conhecimento ajuda a tornar determinadas atitudes mais fortes, pois estas atitudes são construídas em uma extensa estrutura de conhecimento, bem organizada e que proporciona uma base informativa para avaliações em relação ao tema de interesse (WOOD, RHODES e BIEK, 1995). Esse aspecto explica o porque das grandes diferenças entre os indivíduos nos valores mais extremos das escalas. Apesar de não serem estatisticamente significantes, existe uma clara diferenciação entre os indivíduos nos extremos das escalas. Portanto, os coeficientes positivos para o conhecimento político mostram um maior apoio às AA e reforçam achados anteriores no mesmo sentido (ROBINSON, 2015).

Quando um modelo multiplicativo de interação é utilizado, é quase sempre necessário ir além das tabelas de resultados tradicionais, a fim de transmitir resultados de interesse, pois os coeficientes em modelos de interação não indicam o efeito médio de uma variável como

fazem em um modelo puramente aditivo (BRAMBOR ET AL. 2005). Em resumo, o modelo aditivo afirma que X tem um efeito constante em Y, enquanto o modelo de interação, afirma que o efeito de uma mudança de X em Y depende do valor da variável condicionada Z.

As tabelas não nos mostram os efeitos marginais dos diferentes valores da variável Z (aqui, conhecimento político), logo, tampouco entre a diferença entre os indivíduos com alta e baixa informação política que é de interesse. Para isso, gráficos são necessários (BRAMBOR ET AL, 2005; GOLDBER, 2006) e os gráficos a seguir apresentam os efeitos entre os dois diferentes níveis de conhecimento político definidos a partir da mediana dessa variável.

**Gráfico 4: Modelo interativo entre Racismo Simbólico e Conhecimento Político**

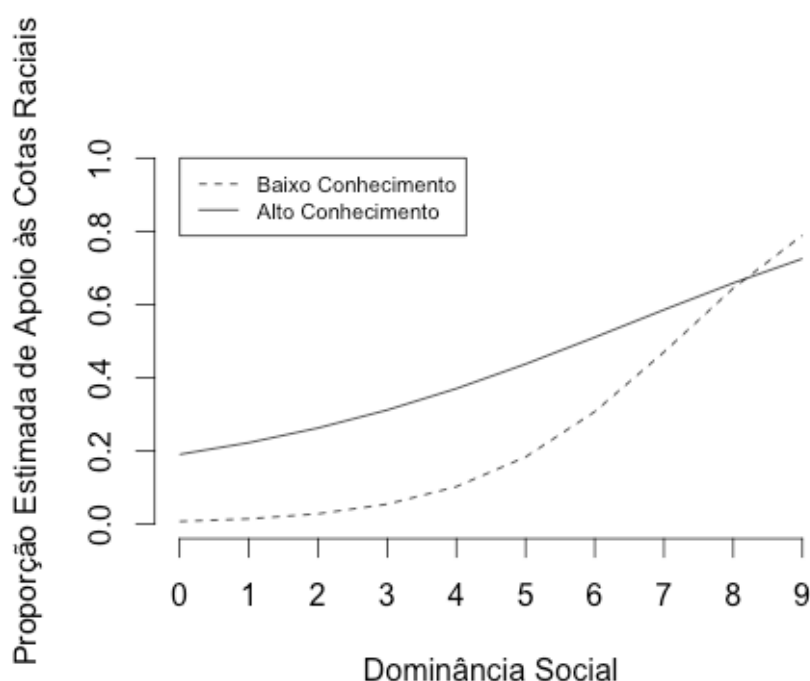


O Gráfico 4 acima mostra a proporção estimada de respondentes que concordam com o item sensível, isto é apoiam as cotas raciais em relação à interação entre a teoria do Racismo Simbólico e o conhecimento político. O gráfico se comporta de maneira esperada apenas para os indivíduos de alto conhecimento político (linha sólida), enquanto para os indivíduos de baixo conhecimento (linha pontilhada), o inverso ocorre. Ainda mais, pode-se ver no Gráfico 4 que há uma mudança na proporção estimada de apoio às AA, logo, os resultados apresentam evidências para o Racismo Simbólico como uma explicação à oposição às AA.

Os resultados mostram que apenas os indivíduos de alto conhecimento político compreendem os valores que embasam a teoria do Racismo Simbólico, diferentemente dos indivíduos de baixo conhecimento político que tendem a aumentar o apoio com o aumento na

concordância com os itens da escala. Os programas de ação afirmativa constituem propostas para intervenção direta e efetiva na estratificação do *status quo* racial, outro motivo para os brancos com altos *scores* em racismo simbólico rejeitarem ainda mais as ações afirmativas, pois ameaça o lugar privilegiado de poder e a violação do código moral dos brancos de sociedade, isto é, a detenção de sentimentos de que os (i) negros estão demandando e recebendo muitos benefícios do governo, (ii) de que a discriminação racial é coisa do passado, (iii) e que os negros estão violando a ética do trabalho, o esforço próprio, trabalho duro, disciplina e respeito pela autoridade tradicional. Ou seja, apenas os indivíduos de alto conhecimento político conseguem compreender toda a carga e elementos simbólicos e expressar coerentemente suas preferências e opiniões.

**Gráfico 5: Modelo interativo entre Dominância Social e Conhecimento Político**



No Gráfico 5 para a teoria de dominância social, a proporção estimada de apoio às AAs aumenta com o aumento da escala de dominância social, independente do nível de conhecimento político e de maneira inversa ao esperado pela teoria, o que não é coerente com as preferências individuais reportadas no questionário. Logo, os resultados não suportam a hipótese inicial da teoria da dominância social como epicentro da desaprovação das ações afirmativas.

Os dois níveis de conhecimento político se comportam de maneira semelhante e não esperada. A teoria preconiza a preferência dos indivíduos por hierarquia dentro de qualquer sistema social e da dominação de grupos de menor status social para proteger a posição privilegiada do grupo dominante e suprimir os grupos que aspiram à igualdade. Sentimentos de ressentimento e de sentimentos de injustiça decorrem da percepção de que seu grupo social tem menos do que merece em comparação com os outros também e gera negatividade em relação aos exogrupos (BREWER, 2010). Símbolos, tradições e emoções que criam sentimentos intragrupo (ALLPORT, 1954) e características simples como raça, gênero e nacionalidade são suficientes para gerar um sentimento de pertencimento intragrupo, gerando um processo de diferenciação social. Logo, maiores *scores* de concordância com os itens sobre (i) ressentimento intergrupo, (ii) sentimento intragrupo e (iii) dominação intergrupo devem gerar uma menor proporção de apoio às cotas raciais.

A perspectiva de domínio social sugere que a oposição à ação afirmativa serve a um seguinte propósito: o reforço de hierarquias de grupos, mas como os programas de AA constituem propostas para intervenção direta e efetiva na estratificação do status quo racial, esses devem ser mais fortemente opostos pelos brancos com altos níveis de dominância social. Entretanto, nem indivíduos de alto, nem de baixo conhecimento político parecem se opor às AA, o que sugere a rejeição da hipótese apresentada neste trabalho.

Opiniões políticas são “declarações de pertencimento social” de grupos sociais (KINDER, 1998). Quando os indivíduos são convidados a expressar suas opiniões, a maioria o faz baseando-se em seu grupo social, o qual carrega avaliações baseadas nas diversas experiências sociais (KINDER, 1998). O pertencimento a uma categoria social traz consigo visões, papéis e posições sociais particulares, o que leva a diferenças fundamentais entre brancos e negros sobre políticas públicas, discriminação racial e ações afirmativas.

A teoria da dominância social é baseada na ideia da psicologia social de ‘centrismo de grupos’, isto é, o pertencimento a um grupo e a expressão da diferenciação entre ‘nós’ e ‘eles’. Entretanto, a diferenciação de raça nos EUA é clara e baseada na ‘gota de sangue’ (*one-drop rule*), no Brasil não. Os estudantes brancos não ativam automaticamente as noções ou visões de endogrupo ou exogrupo raciais, a identidade racial como grupo social não tende a ser primária, por isso raça é vista como um *continuum* e não de forma binária (TELLES, 2004).

No Brasil, se celebra a ambiguidade racial, a miscigenação racial faz parte do conjunto de crenças dos brasileiros, a qual faz parte da metáfora da nação brasileira e caracteriza as relações raciais no País, o que acaba por mitigar os efeitos da teoria da dominância social,

uma vez que a noção de intragrupo e intergrupo não são claramente delimitadas. Como as pessoas vivem em diversos mundos sociais diferentes e carregam diversas identidades sociais, possuindo então, um rico e vasto repertório de potenciais intragrupos, assim, qual aspecto de identidade que predomina depende, em parte, das circunstâncias políticas.

Uma segunda explicação para estes resultados pode ser metodológica. O primeiro problema pode ser de validade interna dos itens utilizados na escala de dominância social. A validade de um instrumento de medição é a característica de maior importância para avaliar sua efetividade, para testar a confiabilidade da escala utilizou-se o *alpha* de Cronbach. Essa medida é a média das correlações entre os itens que fazem parte de um instrumento, isto é, o *alpha* é a medida pela qual algum constructo, conceito ou fator medido está presente em cada item da escala. Geralmente um grupo de itens que explora um fator comum mostra um elevado valor deste coeficiente. A grande utilização e aceitação no meio acadêmico do *alpha* de Cronbach é um fator determinante para sua adoção como ferramenta para a estimação da confiabilidade de escalas em *surveys*.

Assim, conduzi testes de confiabilidade usando o *alpha* de Cronbach para analisar se a escala era de fato um constructo seguro. Entretanto, o *alpha* para escala de dominância social é de .40, o que é considerado baixo e aponta problemas de validade interna da escala, pois as medidas não carregam em um único fator. Além disso, idealmente, a escala de Dominância Social deveria ser medida com baterias multi-itens<sup>16</sup> grandes, com cerca de 20 itens (SIDANIUS, SINGH, HETTS E FEDERICO, 2000; ANSOLABEHERE, RODDEN, SNYDER, 2008), mas isso não é realista nas circunstâncias da extensão e tempo de resposta de *surveys* online em ciência política (MONDAK ET AL., 2010).

Em segundo lugar, pesquisadores dessa escola (PRATTO ET AL., 1994; SIDANIUS, LEVIN, RABINOWITZ e FEDERICO, 1999) usam escalas completas com 16 itens (*alpha* = .77) , o que garante uma melhor mensuração das atitudes e maior confiabilidade<sup>17</sup>. O problema, obviamente, é que além da confiabilidade fraca de poucos itens, é que a escala não capta as diferentes dimensões da teoria que podem explicar a oposição às cotas raciais no contexto brasileiro.

---

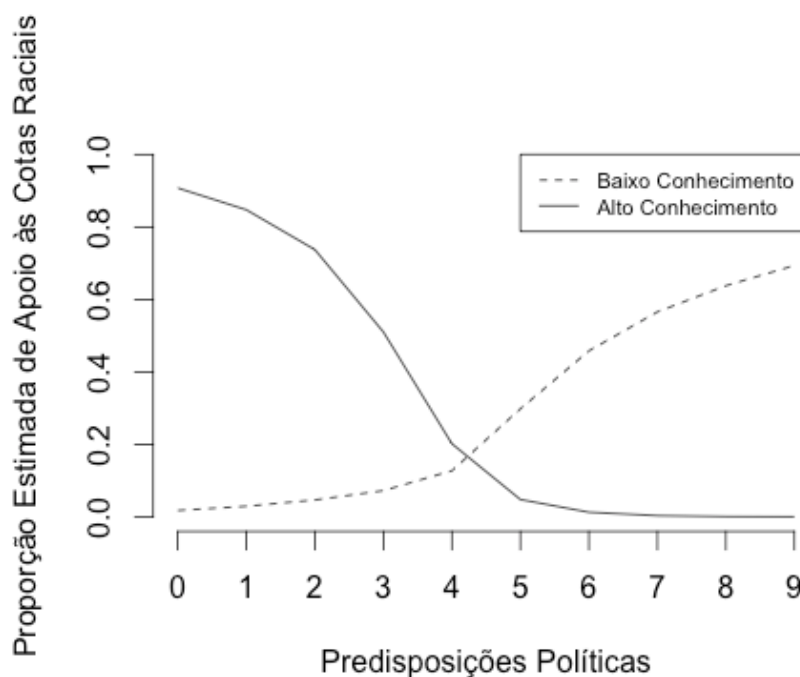
<sup>16</sup> Ansolabehere, Rodden e Snyder (2008) mostram que através do uso de várias medidas para mensurar um único tema elimina uma grande quantidade de erros de medição e revela preferências mais estáveis. Assim, essa estabilidade aumenta progressivamente à medida que o número de itens no questionário aumenta.

<sup>17</sup> Como também um número maior de itens na escala também tende a elevar o *alpha* de Cronbach, por um efeito simplesmente matemático.

Terceiro, existem problemas na confiança das estimativas, pois os intervalos de confiança de todas as diferenças de médias cruzam o zero, os erros-padrão são bastante elevados e os  $p$ -valores tampouco significantes, devido provavelmente a amostra pequena. Por essas razões, a hipótese de que a teoria de dominância social seria o epicentro da rejeição das cotas raciais pelos universitários brancos não apresenta evidências e portanto, deve ser rejeitada.

Para a teoria das predisposições políticas, o conhecimento político apresenta um claro efeito apresentado no Gráfico 6, e novamente, indivíduos de alto e baixo conhecimento se comportando de maneiras diferentes. Os resultados para a teoria das Predisposições Políticas são semelhantes aos do racismo simbólico, há uma mudança nas proporções estimadas, as estimativas são estatisticamente significantes e há uma clara diferenciação das opiniões entre os níveis de conhecimento político.

**Gráfico 6: Modelo interativo entre Predisposições Políticas e Conhecimento Político**



Apenas as opiniões dos indivíduos de alto conhecimento político (linha sólida) são consistentes com a teoria, aqui as diferenças entre os dois grupos são ainda mais expressivas. Aqui, a oposição dos brancos às ações afirmativas devem ser entendidas baseadas em valores como (i) o papel do governo na vida social, (ii) a não intervenção do estado, (iii) importância da meritocracia e do individualismo. Entretanto, indivíduos com baixa sofisticação política

(linha pontilhada) não têm a sofisticação cognitiva necessária para a compreensão de tais conceitos abstratos e ideológicos, não compreendem os “valores e argumentos políticos” que justificam a oposição.

O amplo conhecimento político permite os indivíduos acessarem uma gama maior de crenças, atitudes relevantes e experiências anteriores, enquanto que as pessoas com menor conhecimento possuem uma base relativamente pobre de informações e atitudes (ZALLER, 1992). Os bem informados são pensadores mais especialistas e processam mais corretamente as informações no domínio relevante. Eles podem usar sua extensa reserva de informação e experiências para interpretar e avaliar novas informações sobre um tema, por exemplo. O indivíduo baixo informado tem maior dificuldade em perceber, compreender e avaliar as informações relevantes, eles podem errar em perceber, interpretar incorretamente ou mal avaliar pontos importantes de um determinado tema (ZALLER, 1992).

Assim, os defensores deste modelo têm argumentado que o conservadorismo e outros valores políticos não raciais são os verdadeiros preditores das atitudes em relação às cotas raciais (SNIDERMAN e CARMINES, 1997). Esses valores podem sim justificar a oposição, porém, apenas entre os indivíduos de alto conhecimento político.

## 6. DISCUSSÃO

Os resultados possuem implicações não só teóricas como metodológicas em relação ao estudo das atitudes raciais e ações afirmativas no Brasil. O experimento de lista mostra que apenas cerca de 6% dos respondentes brancos concordam com a importância da política de reserva de vagas para negros na Universidade Federal de Santa Catarina. Esse resultado é problemático a primeira vista, pois devido ao baixo apoio, não temos variabilidade nas respostas, isto é, a variabilidade na variável dependente é baixa, assim, não há muita variabilidade para ser explicada.

Os resultados mostram que o conhecimento político tem um claro efeito organizador sobre as atitudes e opiniões dos entrevistados e cada teoria utilizada neste trabalho. A partir do comportamento das curvas nos gráficos do racismo simbólico (Gráfico 4) e predisposições políticas (Gráfico 6) é inferido que os indivíduos de baixo conhecimento político (linha pontilhada) não compreendem os valores que embasam cada um, levando suas opiniões e atitudes serem não coerentes e instáveis, e existem razões teóricas para esses resultados. Pessoas com maiores escores na escala de conhecimento político são substancialmente mais coerentes em expressar suas atitudes em *surveys* do que pessoas com escores baixos em conhecimento político (ZALLER, 1992). São mais coerentes, no sentido de que, as pessoas mais bem informadas são mais capazes de expressar suas opiniões e mais propensas a expressá-las ideologicamente coerentes com as suas preferências políticas.

Cidadãos de alto conhecimento político tendem a preencher suas mentes com um número maior de considerações, as quais são mais consistentes uma com a outra e com as próprias predisposições pessoais. Cidadãos de baixo conhecimento político irão internalizar um número menor de considerações e serão menos consistentes internamente nesse processo (ZALLER, 1992). Como expressam Sniderman, Brody e Tetlock (1992, p. 24): “a vantagem comparativa [dos especialistas] não é que eles têm uma quantidade enorme de conhecimento, mas que eles sabem como tirar o máximo proveito do conhecimento eles possuem”.

Os dados, apesar de coletados para os fins específicos desta pesquisa, possuem limitações nas inferências realizadas, pois os intervalos de confiança cruzam o zero, os erros-padrão em sua maioria são bastante inflados e os *p-valores* tampouco significantes. Duas razões podem explicar esse quadro: (i) o tamanho da amostra, o estudo global na Universidade Federal de Santa Catarina envolvia 3 tipos diferentes de listas, ao analisar apenas uma delas, o *n* diminui e é reduzido mais ainda ao classificarmos os respondentes nos diferentes grupos de cada uma das teorias e diferentes níveis de conhecimento político; (ii)



falta variação amostral na variável dependente que mede o apoio dos estudantes às AA, uma vez que apenas cerca de 6% dos respondentes apoiam as cotas raciais.

Posto isto, gera problemas para as escalas utilizadas, pois em suma, o melhor cenário é a aplicação do *survey* a uma amostra significativa e heterogênea. Apesar dessas limitações que reduzem o poder estatístico dos resultados, o *survey* constitui um dos únicos e primeiros a mapear as atitudes raciais de estudantes universitários no Brasil. Embora limitados, a pesquisa permite revelar aspectos novos nas microfundações das atitudes raciais. O racismo simbólico e as predisposições políticas apresentam evidências empíricas para a oposição dos respondentes brancos contra as ações afirmativas na UFSC.

Por fim, pode haver um fator geográfico e histórico influenciando as atitudes raciais dos respondentes, pois além da população majoritariamente branca, o histórico das cotas raciais na UFSC é bem diferente de instituições pioneiras como a UERJ e UnB ou de instituições como UFBA e UFRJ, cujos estados possuem as maiores proporções de negros no país. Weber et al. (2014) sugerem que a natureza do conflito político sobre as políticas raciais dependem de considerações geográficas. Por exemplo, o desacordo sobre os benefícios de políticas de bem-estar, transferência de renda e programas de benefícios finais são sujeitos a variação ao nível Estadual, de acordo com a proporção de negros da população estadual.

Várias características ao nível local, no estado de Santa Catarina também afetam a validade externa desses achados. Ao pensar para além do contexto Santa Catarina deste estudo, características do histórico de quotas nesta universidade são importantes ressaltar. A questão das ações afirmativas nunca foi um grande tema de debate na UFSC, e logo, os indivíduos não foram expostos a informações, notícias e debates que poderiam afetar a opinião pública, gerando baixos níveis de atenção ao tema racial naquela universidade, não criando ideias, argumentos e considerações sobre as cotas raciais em comparação com outros contextos nacionais. Assim, como uma universidade que nunca teve um sistema de cotas ou políticas de ação afirmativa no passado a visibilidade e a acessibilidade da questão racial, por exemplo, provavelmente desempenham um papel na determinação desses efeitos sobre as atitudes raciais. Nesse sentido, são necessárias mais pesquisas para confirmar essas intuições, não obstante, os resultados apresentados neste artigo constituem um importante complemento para a literatura empírica de atitudes raciais.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho focou no estudo de três teorias da literatura norte-americana para a oposição às ações afirmativas: racismo simbólico, dominância social e predisposições políticas. Segundo, também foi avaliado a interação com o conhecimento político e seu papel em organizar as atitudes raciais.

Os resultados indicam que o afeto racial continua a ser um dos determinantes das atitudes dos estudantes brancos em relação as políticas de ações afirmativas. O afeto racial negativo pode fornecer a base para as preferências políticas de alguns indivíduos sob certas condições, mas ser de pouca relevância para os outros em condições diferentes. Outras evidências deste estudo, sugerem que as predisposições políticas como o individualismo, papel do estado e governo mínimo podem sim justificar a oposição, porém, apenas entre os indivíduos de alto conhecimento político.

Apesar dos resultados limitados no seu poder de generalização, uma importante conclusão é o impacto do conhecimento político nas atitudes dos respondentes, o qual possui um papel organizador das atitudes e efeitos diferentes para os alto e baixo informados, assim, pessoas com maior conhecimento político são mais capazes de expressar suas opiniões e propensas a expressá-las de maneira coerente com as suas preferências pessoais. Esse achado possui um desdobramento importante para as pesquisas de *surveys* com escalas de itens complexos, pois leva a questionar se os indivíduos realmente estão compreendendo os itens e expressando corretamente suas preferências nos questionários, como Zaller (1992) já questionou.

Cidadãos devem possuir certo grau mínimo de conhecimento, a fim de reconhecer a relevância de suas preferências para avaliar um determinado assunto. As pessoas são obrigadas a lidar com um mundo extraordinariamente confuso e complexo e então traduzir as suas opiniões em respostas no *survey*. As consequências de pedir às pessoas desinformadas a emitir opiniões sobre temas que elas pensam pouco ou nunca são bastante previsíveis: a expressão de suas opiniões dão todas as indicações de serem frágeis e superficiais (ZALLER, 1992).

Extrair respostas verdadeiras sobre assuntos socialmente sensíveis é um dos mais importantes desafios nas pesquisas de *survey*. Os experimentos de lista surgiram recentemente como uma alternativa metodológica a esse problema (BLAIR & IMAI, 2012). Quando um bom desenho experimental é combinado com uma eficiente análise estatística, se pode efetivamente explorar o poder do experimento de lista para extrair respostas mais verdadeiras

dos respondentes. Cada vez mais experimentos têm se tornado uma valiosa ferramenta no estudo da opinião pública devido a sua versatilidade e ampla gama de aplicações nas diferentes áreas da ciência política.

Os resultados deste trabalho já mostram a direção para novos estudos na área de atitudes raciais e opinião pública. Primeiramente, novas pesquisas sobre assuntos socialmente sensíveis devem prestar atenção no efeito de deseabilidade social, uma vez que os resultados deste trabalho e outros (TURGEON ET AL., 2014; VIDIGAL, 2015) mostram que estes efeitos afetam claramente a opinião pública não só dos brancos, como também dos estudantes em geral, em relação a produção e implementação das políticas públicas.

Em segundo lugar, os dados são de Santa Catarina, pesquisas futuras devem examinar a possibilidade de que os efeitos destacados aqui podem variar em sua intensidade nos estados ou regiões com diferentes culturas e históricos políticos de relações intergrupais. Mais pesquisas são necessárias para compreender as maneiras em que contexto racial e as diferenças individuais na sensibilidade às normas sociais afetam as atitudes raciais dos brancos. Só então estudiosos das relações raciais poderão ampliar a compreensão do persistente impacto político do afeto racial, estereótipos raciais, estratificação social e das predisposições políticas na política brasileira contemporânea.

Opinião pública deve importar em uma sociedade democrática. Evidências da ciência política confirmam que é importante para os tomadores de decisão de políticas públicas (KINDER, 1998; ZALLER, 1992). Conhecimento político é claramente uma faceta importante da opinião pública; o conhecimento político pode e influencia a opinião pública, que por sua vez influencia os formuladores de políticas.

Finalmente, as políticas públicas que incentivem novas formas de contato, inclusão e interação nas instituições políticas e em outros lugares podem ser particularmente valiosas. As cotas universitárias podem, portanto, desempenhar um papel importante: como elas fornecem a um grupo social desfavorecido um direito definido por lei, os membros desse grupo passam a ter as proteções básicas de uma sociedade democrática, e faz, portanto, que os comportamentos mais hostis contra eles sejam desencorajados. Ainda mais, aumenta o contato intergrupar entre os diferentes grupos sociais e universalizam a educação superior para todos os estratos da sociedade brasileira, possibilitando uma mudança de paradigma para com as políticas públicas educacionais. No sentido que a população brasileira irá perceber que será mais interessante colocar e manter seus filhos em escolas públicas e demandar do Estado brasileiro uma melhor qualidade de ensino e estrutura no sistema de educação público,

fazendo que o Estado volte seus olhos e ações para o ensino fundamental e médio de educação e não apenas superior, gerando uma futura mudança de políticas.

A formulação de políticas de igualdade de oportunidades é um assunto delicado que envolve muito mais do que as opiniões e atitudes dos indivíduos brancos, mas, a partir do ponto que estas afetam a realidade, sua influência não pode ser ignorada. Por isso, os resultados empíricos deste trabalho tentam sanar o vazio sobre a opinião pública e comportamento político sobre atitudes raciais apontado por Bailey (2004), como também contribuir a um melhor entendimento dentro do debate acadêmico e entre processos conscientes e inconscientes de comportamento e atitudes raciais para ajudar a melhor guiar o desenvolvimento de intervenções estatais efetivas.

## 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abrams, D. and Hogg, M. 1990. *Social Identity theory: Constructive and critical advanced*. New York. Harvester-Wheatsheaf.

Agier, Michel. 1995, "Racism, Culture and Black Identity in Brazil." *Bulletin of Latin American Research* 14 (3): 245-264.

Ali Çarkoglu and S. Erdem Aytaç. 2015. Who gets targeted for vote-buying? Evidence from an augmented list experiment in Turkey. *European Political Science Review*, 7, pp 547-566.

Allport, Gordon. 1954. *The nature of prejudice*. Cambridge: Addison-Wesley.

Althaus, S. L. 1996. Opinion Polls, Information Effects and Political Equality: Exploring Ideological Biases in Collective Opinion. *Political Communication* 13(1): 321, 1996.

Althaus, S. L. 1998. Information Effects in Collective Preferences. *American Political Science Review*, v.92,p. 545–558.

Ansolabehere, S., Rodden, J. and Snyder, James M. 2008. "The Strength of Issues: Using Multiple Measures to Gauge Preference Stability, Ideological Constraint, and Issue Voting." *APSR* 102: 215-232.

Armstrong, Robert. 1987. "The midpoint on a Five-Point Likert-Type Scale". *Perceptual and Motor Skills*: Vol 64, pp. 359-362.

Bailey, Stanley R. 2002. "The Race Construct and Public Opinion: Understanding Brazilian Beliefs about Racial Inequality and Their Determinants." *American Journal of Sociology* 108(2): 406-439.

Bailey, Stanley R. 2004. "Group Dominance and the Myth of Racial Democracy: Antiracism Attitudes in Brazil." *American Sociological Review* 69: 728-747.

Bailey, Stanley R.; Fialho, Fabrício; Peria, Michele. 2015. "Support for Race-Targeted Affirmative Action in Brazil." *Ethnicities Online First*.

Barabas, J.; Jerit, J.; Pollock, W.; Rainey, C. 2014. The question(s) of political knowledge. *American Political Science Review*, v. 108 (4), p. 840 – 855.

Bartels, Larry M. 1996. "Uninformed Votes: Information Effects in Presidential Elections." *American Journal of Political Science* 40: 194-230.

Berinsky A. J. 2002. Political context and the survey response: The dynamics of racial policy opinion. *Journal of Politics*, 64, 567-584.

Blair, Graeme and Kosuke Imai. (2012). "Statistical Analysis of List Experiments." *Political Analysis*, Vol. 20, No. 1 (Winter), pp. 47-77.

Bobo, Lawrence. 1988. "Group Conflict, Prejudice, and the Paradox of Contemporary Racial Attitudes." In *Eliminating Racism: Profiles in Controversy*, eds. Katz and Taylor. New York: Plenum, pp. 85–114.

Bobo, Lawrence D. and Kluegel, James R. 1993. 'Opposition to race targeting: self-interest, stratification ideology, or racial attitudes?' *American Sociological Review*, vol. 58, no. 4, pp. 443-464

Bobo, Lawrence. 1999. "Prejudice as Group Position: Micro-Foundations of a Sociological Approach to Racism and Race Relations." *Journal of Social Issues* 55(3): 445–72.

Bobo, Lawrence D. and Michael P. Massagli. 2001. "Stereotypes and Urban Inequality." Pp. 89-162 in *Urban Inequality: Evidence from Four Cities*, edited by A. O'Connor, C. Tilly, and L. D. Bobo. New York: Russell Sage Foundation.

Bodenhausen, G. V., & Richeson, J. A. 2010. Prejudice, stereotyping, and discrimination. In R. F. Baumeister & E. J. Finkel (Eds.), *Advanced social psychology* (pp. 341-383). Oxford University Press.

Brambor, Thomas, William Clark & Matt Golder. 2006. "Understanding Interaction Models: Improving Empirical Analyses." *Political Analysis* 14:1, pp. 63-82.

Brewer, M. 2010. Intergroup relations. In R. F. Baumeister & E. J. Finkel (Eds.), *Advanced social psychology* (pp. 535-571). Oxford University Press.

Bullock, J. G. 2004. Companion to Re(:)measuring political sophistication. *Political Science*, 353,out.

Camino, L., Silva, P., Machado, A., & Pereira C. 2001. A face oculta do preconceito no Brasil: uma análise psicossociológica. *Revista Psicologia Política*, 1 (1), 13-36

Carvalho, José Jorge de. 2005. *Inclusão étnica e racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior*. Attar Editorial: São Paulo.

Converse, P. E. 1964. The nature of belief systems in mass public. In: APTER, D. (ed.). *Ideology and discontent*. New York: Free Press.

Corstange, D. 2009. Sensitive questions, truthful answers? Modeling the list experiment with LISTIT. *Political Analysis* 17(1): 45–63.

Corstange, Daniel. 2012. "Vote Trafficking in Lebanon." *International Journal of Middle East Studies* 44(3): 483-505.

Delli Carpini, M. X.; Keeter S. 1996. *What Americans Know about Politics and Why it Matters*. New Haven, CT: Yale University Press.

Druckman, James N. Green, Donald P. Kuklinski, James H. e LUPIA, Arthur. 2011. *Experiments: An Introduction to Core Concepts*. IN: *Cambridge Handbook of Experimental Political Science*. Edited by James N. Druckman. Donald P. Green. James H. Kuklinski. Arthur Lupia.

Federico, C., Sidanius, J. 2002. Racism, Ideology, and Affirmative Action Revisited: The Antecedents and Consequences of “Principled Objections” to Affirmative Action.

*Journal of Personality and Social Psychology*, Vol 82, No. 4.

Feres Júnior, João. 2006. Ação afirmativa e universidade: experiências nacionais comparadas. 1ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília. IN: Feres Júnior, João; Zoninsein, Jonas. (Org.).

Gilens, M. 2001. "Political ignorance and collective policy preferences". *American Political Science Review*, vol. 95, p. 379-396.

Glynn, A. N. 2010. “What can we learn with statistical truth serum? Design and analysis of the list experiment”. Technical Report, Department of Government, Harvard University.

Golder, Matt. 2006. “Presidential Coattails and Legislative Fragmentation.” *American Journal of Political Science*.

Gonzalez-Ocantos, Ezequiel, Chad Kiewiet de Jonge, Carlos Melendez, Javier Osorio, and David W. Nickerson. 2012. “Vote Buying and Social Desirability Bias: Experimental Evidence from Nicaragua.” *American Journal of Political Science* 56(1): 202-217.

Green, D., Cowden, J. 1992. Who protests: Self-interest and White opposition to busing. *Journal of Politics*, 54, 471-496.

Guimarães, A. S. A. 2004. Preconceito e discriminação. 2. ed. São Paulo: Editora 34, v. 1. 154p .

Hasenbalg, Carlos. 1979. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Graal.

Hamilton, D.L., and Trolie, T.K. 1986. “Stereotypes and stereotyping: An overview of the cognitive approach”. In J. Dovidio & S. Gaertner (Eds.), *Prejudice, discrimination, and racism* (pp. 127-163). Orlando, FL: Academic Press.



Heringer, R. R. 2006. “Políticas de Promoção da Igualdade Racial no Brasil: um balanço do período 2001-2004”. In: João Feres Júnior; Jonas Zoninsein. (Org.). 2006. Ação afirmativa e universidade: experiências nacionais comparadas. 1ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, p. 79-109.

Holbrook, A. L., & Krosnick, J. A. (2010). Social desirability bias in voter turnout reports: Tests using the item count technique . *Public Opinion Quarterly*, 74, 37-67.

Ianni, Octavio, 2004. Capitalismo, violência e terrorismo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

Imai, Kosuke. (2011). “Multivariate Regression Analysis for the Item Count Technique.” *Journal of the American Statistical Association*, Vol. 106, No. 494 (June), pp. 407-416.

Imai, Kosuke, Bethany Park, and Kenneth Greene. 2015. “Using the Predicted Responses from List Experiments as Explanatory Variables in Regression Models”. *Political Analysis*, Vol. 23, No. 2 (Spring), pp. 180-196.

Kinder, Donald R., and David O. Sears. 1981. “Prejudice and Politics: Symbolic Racism Versus Racial Threats to the Good Life.” *Journal of Personality and Social Psychology* 40(3): 414–31.

Kinder, Donald. 1998. “Opinion and Action in the Realm of Politics.” In *The Handbook of Social Psychology*, eds. Daniel Gilbert, Susan Fiske, and Gardner Lindsey, 778-876, Boston: McGraw-Hill.

Kinder, Donald R. and Mendelberg, Tali. 2000. “Individualism Reconsidered: Principles and Prejudice in Contemporary American Public Opinion on Race” in *Racialized Politics: Values, Ideology, and Prejudice in American Public Opinion*, edited by David Sears, Jim Sidanius and Lawrence Bobo, University of Chicago Press.

King, Gary, Michael Tomz, and Jason Wittenberg. 2000. "Making the Most of Statistical Analyses: Improving Interpretation and Presentation." *American Journal of Political Science* 44: 341–355.

Kluegel, James R., Smith, Eliot R. 1986. "Affirmative Action Attitudes: Effects of Self-interest, Racial Affect, and Stratification Beliefs on White's Views". *Social Forces* 61. 797-825.

Krysan, M., Couper, Mick P., 2003. "Race in the Live and Virtual Interview: Racial Deference, Social Desirability, and Activation Effects in Attitude Surveys," *Social Psychology Quarterly*, 66, 364-383.

Kuklinski, J. H., M. D. Cobb, and M. Gilens. 1997a. "Racial attitudes and the New South." *Journal of Politics* 59:323–49.

Kuklinski, J. H., P. M. Sniderman, K. Knight, T. Piazza, P. E. Tetlock, G. R. Lawrence, and B. Mellers. 1997b. "Racial prejudice and attitudes toward affirmative action". *American Journal of Political Science* 41:402–19.

Lima, M. E. O., Pinheiro, C., Pacheco, J., Lima, C., & Vala, J. 2006. Normas sociais e preconceito: o impacto da desigualdade e da competição no preconceito automático contra negros. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 19 (2), 309-319.

Lupia, Arthur. 1994. "Shortcuts versus Encyclopedias: Information and Voting Behavior in California Insurance Reform Elections." *American Political Science Review* 88: 63-76.

Luskin, Robert C. 1990. Explaining Political Sophistication. *Political Behavior*, v.12, p. 331–61, dez.

Luskin, Robert C. 2002. From Denial to Extenuation (and Finally Beyond): Political Sophistication and Citizen Performance. In James H. Kuklinski (Ed.), *Thinking about Political Psychology*. New York: Cambridge University Press.

Lyall, Jason, Graeme Blair, and Kosuke Imai. 2013. "Explaining Support for Combatants during Wartime: A Survey Experiment in Afghanistan". *American Political Science Review*, Vol. 107, No. 4 (November), pp. 679-705.

McCloskey, H. and Zaller, J. 1984. *The American Ethos, Public Attitudes Toward Capitalism and Democracy*, Harvard University Press.

McConahay, J.B., Hough, J.C., Jr. 1976. "Symbolic racism". *Journal of Social Issues*, 32(2), 23-45.

McConahay, John B. 1986. "Modern Racism, Ambivalence, and the Modern Racism Scale." In *Prejudice, Discrimination, and Racism*, eds. J. Dovidio and S. Gaertner. Orlando: Academic Press, pp. 91–125.

Moehlecke, Sabrina. 2002. Ação afirmativa: História e debates no brasil. *Cadernos de Pesquisa*, n. 117, p. 197-217, novembro.

Mondak, Jeffrey; Hibbing, M. V.; Canache, D.; Seligson, M. A.; Anderson, M. R. 2010. Personality and Civic Engagement: An Integrative Framework for the Study of Trait Effects on Political Behavior. *American Political Science Review* Vol. 104, No. 1 February.

Moscovici, S., & Pérez, J. A. 1999. A extraordinária resistência das minorias à pressão das maiorias: o caso dos ciganos. In J. Vala (Coord.), *Novos racismos: perspectivas comparativas* (pp.103-119). Oeiras: Celta.

Morton, R, and Williams K. 2010, "Experimental Political Science and the Study of Causality", Cambridge University Press.

Muniz, J. 2012. Preto no branco? Mensuração, relevância e concordância classificatória no país da incerteza racial. *Dados*, 55(1): 251-282.

Oliver, J. and Mendelberg, T. 2000. Reconsidering the environmental determinants of white racial attitudes. *American journal of political science*, 574-589.

Oliveira, C. Turgeon, M. 2015. Ideologia e comportamento político no eleitorado brasileiro. *Opinião Pública* 21 (3), 574-600.

Pacheco, Tania. 2008. "Inequality, environmental injustice, and racism in Brazil: beyond the question of colour", 18(6) pp. 713- 725.

Pager, Devah and Quillian, Lincoln. (2005), "Walking the talk: what employers say versus what they do". *American Sociological Review*, 70 (3): 355-380.

Peffley, Mark. Hurwitz, Jon. Sniderman, Paul. M. 1997. "Racial Stereotypes and White's Political Views of Blacks in the Context of Welfare and Crime". *American Journal of Political Science*, Vol. 41, No. 1. 30-60.

Pereira, C., Torres, A. R. R., & Almeida, S. T. 2003. O estudo do preconceito na perspectiva das representações sociais: análise da influência de um discurso justificador da discriminação no preconceito racial. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16 (1), 95-107.

Pettigrew, T. F., & Meertens, R. W. 1995. Subtle and blatant prejudice in Western Europe. *European Journal of Social Psychology*, 25 (1), 461-476.

Pratto, Felicia, Jim Sidanius, Lisa M. Stallworth, and Bertram F. Malle. 1994. Social Dominance Orientation: A Personality Variable Predicting Social and Political Attitudes. *Journal of Personality and Social Psychology*, Vol. 67, No. 4, 741-763.

Prior, M.; Lupia, A. 2008. Money, Time, and Political Knowledge: Distinguishing Quick Recall and Political Learning Skills. *American Journal of Political Science*, v.52(1), p. 169–183, jan.

Rennó, L. 2007. Desigualdade e informação política: as eleições brasileiras de 2002. *Revista Dados*, Rio de Janeiro, v. 50, p. 721-55.

Robinson, Joshua. 2015. Who Knows? Question Format and Political Knowledge *International Journal of Public Opinion Research*. Spring 2015, v. 27 (1): 1-21.

Rosenfeld, Bryn; Imai, Kosuke; Shapiro, Jacob. 2014. An empirical validation study of popular survey methodologies for sensitive questions. *American Journal of Political Science*.

Sanbonmatsu, Kira. 2002. Gender Stereotypes and vote choice. *American Journal of Political Science*, Vol. 46, No. 1 (Jan., 2002), pp. 20-34.

Sears, David O. 1988. "Symbolic Racism." In *Eliminating Racism: Profiles in Controversy*, eds. Katz and Taylor. New York: Plenum Press.

Sears, David O., and Donald R. Kinder. 1971. "Racial Tensions and Voting in Los Angeles." In *Los Angeles: Viability and Prospects for Metropolitan Leadership*, ed. W. Hirsch. New York: Praeger, pp. 51–88.

Sears, David O., Van Laar, Colette, Carrilo, Mary and Kosterman, Rick. 1997. "Is it really racism? The origins of white Americans' opposition to race-targeted policies". *The Public Opinion Quarterly* Vol. 61, No. 1, Special Issue on Race (Spring, 1997), pp. 16-53

Sidanius, Jim, Shana Levin, Joshua L. Rabinowitz, and Christopher M. Federico. 1999. "Peering into the Jaws of the Beast: The Integrative Dynamics of Social Identity, Symbolic Racism, and Social Dominance." In *Cultural Divides: Understanding and Overcoming Group Conflict*, eds. D. A. Prentice and D.T. Miller. New York: Russell Sage Foundation, pp. 80–132.

Sidanius, J., Singh, P., Hetts, John J., Federico, Chris. 2000. It's not affirmative action, it's the Blacks: The continuing relevance of race in American politics. IN: *Racialized politics: The debate about racism in America*, 191-235.

Sidanius, Jim; Pratto, Felicia, 2001. *Social Dominance: An Intergroup Theory of Social Hierarchy and Oppression*. Cambridge: Cambridge University Press.

Sniderman, Paul, Richard Brody and Philip E. Tetlock. 1991. *Reasoning and Choice: Explorations in Political Psychology*. Cambridge: Cambridge University Press.

Sniderman, Paul M., and Thomas Piazza. 1993. *The Scar of Race*. Cambridge: Harvard University Press.

Sniderman, Paul M., and Edward G. Carmines. 1997. *Reaching Beyond Race*. Cambridge: Harvard University Press.

- Sniderman, P.M. and Hagendoorn, L. (2007) *When ways of life collide*. Princeton and Oxford: Princeton University Press.
- Tajfel, H. 1981. *Human Groups and Social Categories: Studies in Social Psychology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Tarman, C., and D. Sears. 2005. The conceptualization and measurement of symbolic racism. *Journal of Politics* 67:731–61.
- Telles, Edward and Bailey, Stanley. 2002. Políticas contra o racismo e opinião pública: comparações entre Brasil e Estados Unidos. *Opin. Publica [online]*. vol.8.
- Telles, Edward. 2003. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Ford.
- Telles, Edward E. 2004. “Race in Another America: The Significance of Skin Color in Brazil”. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Telles, Edward and Stanley Bailey. 2013. “Understanding Latin American Beliefs about Racial Inequality” *American Journal of Sociology* 118(5): August, 1559-1595.
- Tetlock, Phillip. 2008. *Coping with Trade-Offs: Psychological Constraints And Political Implications*. In Arthur Lupia, Mathew D. McCubbins, and Samuel L. Popkin (eds.) *Elements of Reason: Cognition, Choice, and the Bounds of Rationality*. New York: Cambridge University Press.
- Turgeon, M., Rennó L. 2010. Informação política e atitudes sobre gastos governamentais e impostos no Brasil: evidências a partir de um experimento de opinião pública. *Opinião Pública*, 16 (1), 143-159.
- Turgeon, M. Chaves, B. Wives, W. 2014. Políticas de ação afirmativa e o experimento de listas: o caso das cotas raciais na universidade brasileira. *Opinião Pública* 20 (3), 363-376.

Van Dijk, T. 1997. *Discourse Studies. A multidisciplinary introduction*. 2 vols. London: Sage.

Vidigal, Robert. 2015. Medindo assuntos socialmente sensíveis: o uso do experimento de lista e políticas de ação afirmativa. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, vol. 6, número 1.

Weber, Max. 2004. *A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo*. Edição de Antônio Flávio Pierucci. São Paulo: Companhia das Letras.

Wood, W., Rhodes, N., & Biek, M. 1995. Working knowledge and attitude strength: An information-processing analysis. In R. E. Petty & J. A. Krosnick (Eds.), *Attitude strength: Antecedents and consequences* (pp. 283–313). Mahwah, NJ: Erlbaum.

Yzerbyt, V; Rocher, S; Schadron; G. 1997. Stereotypes as explanations: A subjective essentialistic view of group perception. R. Spears, P. Oakes, N. Ellemers 8, 20-50.

Zaller, J. R. *The Nature and Origins of Mass Opinion*. New York: Cambridge University Press. 1992.

Zoninsein, Jonas. 2004. Minorias étnicas e a economia política do desenvolvimento. Um novo papel para universidades públicas como gerenciadores da ação afirmativa no Brasil? *Econômica*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 105-121, junho.

## ANEXO I

### Questionário para estudo na UFSC

A. A seguir será apresentada uma série de questões que visam delimitar o perfil dos estudantes da UFSC. Reiteramos que seus dados não serão identificados, bem como as respostas às perguntas deste questionário. Assim, pedimos que responda com sinceridade para que a pesquisa tenha alto grau de confiabilidade.

1. Qual seu gênero?

- Masculino
- Feminino

2. A sua cor ou raça é:

- Branca
- Preta
- Amarela
- Parda
- Indígena

3. Quantas pessoas moram em seu domicílio, incluindo você?

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- Mais de 10

4. Somando a sua renda, com a renda das pessoas que moram com você, quanto é aproximadamente sua renda domiciliar mensal?

- Até R\$678
- De R\$678 a R\$1.000
- De R\$1.001 a R\$1.500
- De R\$1.501 a R\$2.000
- De R\$2.001 a R\$2.500
- De R\$2.501 a R\$3.000
- De R\$3.001 a R\$3.500
- De R\$3.501 a R\$4.000
- De R\$4.001 a R\$5.000
- De R\$5.001 a R\$6.000
- De R\$6.001 a R\$7.000



- De R\$7.001 a R\$8.000
- De R\$8.001 a R\$9.000
- De R\$9.001 a R\$10.000
- De R\$10.001 a R\$15.000
- Mais de R\$15.001
- Não sei

5. De que modo você ingressou na UFSC?

- Vestibular – Sistema universal
- Vestibular – Cotas ensino público
- Vestibular – Cotas ensino público autodeclarado negro
- Extravestibular (transferência)
- Outro modo de ingresso

B. Os recebem aleatoriamente uma das 5 perguntas abaixo:

6.1 Agora vamos falar sobre as formas de ingresso nas universidades federais brasileiras.

6.1.1 Você concorda com a política de reserva de vagas para negros como forma de ingresso nas universidades federais brasileiras (política de cotas raciais)?

- Sim
- Não

6.1.2 Você concorda que as universidades federais deveriam adotar o ENEM como modo de ingresso?

- Sim
- Não

6.1.3 Você concorda que o aumento do número de vagas nas universidades federais facilitou o ingresso de alunos pouco qualificados?

- Sim
- Não

6.1.4 Você concorda que as universidades federais deveriam adotar um sistema de ingresso sem prova?

- Sim
- Não

6.1.5 Você concorda que o vestibular é uma boa prova para selecionar os alunos?

- Sim
- Não

Para as opções de listas controles e listas tratadas a seguir, as frases apresentadas são mostradas de forma aleatória, mudando de ordem a cada vez que a página é carregada novamente. Apenas são armazenadas a quantidade de itens com que o indivíduo concorda.

6.2. Agora vamos falar sobre as formas de ingresso nas universidades federais brasileiras. Da seguinte lista de itens, com QUANTOS você concorda? Não precisamos saber quais, estamos interessados apenas na quantidade de itens desta lista com os quais você concorda.

- "As universidades federais deveriam adotar o ENEM como modo de ingresso"
- "O aumento do número de vagas nas universidades federais facilitou o ingresso de alunos pouco qualificados"
- "As universidades federais deveriam adotar um sistema de ingresso sem prova"
- "O vestibular é uma boa prova para selecionar os alunos"

6.3 Agora vamos falar sobre as formas de ingresso nas universidades federais brasileiras. Da seguinte lista de itens, com QUANTOS você concorda? Não precisamos saber quais, estamos interessados apenas na quantidade de itens desta lista com os quais você concorda.

- "As universidades federais deveriam adotar o ENEM como modo de ingresso"
- "O aumento do número de vagas nas universidades federais facilitou o ingresso de alunos pouco qualificados"
- "As universidades federais deveriam adotar um sistema de ingresso sem prova"
- "O vestibular é uma boa prova para selecionar os alunos"
- "A política de reserva de vagas para negros como forma de ingresso nas universidades federais brasileiras (política de cotas raciais)"

6.4 Agora vamos falar sobre as formas de ingresso nas universidades federais brasileiras. Da seguinte lista de itens, com QUANTOS você concorda? Não precisamos saber quais, estamos interessados apenas na quantidade de itens desta lista com os quais você concorda.

- "As universidades federais deveriam adotar o ENEM como modo de ingresso"
- "As universidades federais deveriam adotar um sistema de ingresso sem prova"
- "O vestibular é uma boa prova para selecionar os alunos"

6.5 Agora vamos falar sobre as formas de ingresso nas universidades federais brasileiras. Da seguinte lista de itens, com QUANTOS você concorda? Não precisamos saber quais, estamos interessados apenas na quantidade de itens desta lista com os quais você concorda.

- "As universidades federais deveriam adotar o ENEM como modo de ingresso"
- "As universidades federais deveriam adotar um sistema de ingresso sem prova"
- "O vestibular é uma boa prova para selecionar os melhores alunos"
- "A política de reserva de vagas para negros como forma de ingresso nas universidades federais brasileiras (política de cotas raciais)"

C. Perguntas novamente iguais para todos os alunos

7. Agora, vamos fazer algumas perguntas sobre política, em geral, e também sobre a nova política de ingresso nas universidades federais brasileiras. Queremos saber quanta informação chega até o público através da TV, dos jornais, e de outras fontes. Muitas pessoas não sabem as respostas. Se você não souber a resposta, não faz mal. É só indicar que não sabe.

A lei no 12.711/2012 modificou as normas de ingresso nas instituições federais de ensino. De acordo com seu conhecimento, você acredita que a nova lei:

7.1: Prevê que o número de vagas reservadas para os alunos que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas será de, no mínimo:

- 10%
- 20%
- 30%
- 40%
- 50%
- Não sei

7.2: Vai reservar vagas para alunos negros:

- Sim
- Não
- Não sei

7.3: Vai reservar vagas para alunos de baixa renda:

- Sim
- Não
- Não sei

7.4. Pelo que você sabe ou escutou falar, a duração do mandato dos Senadores federais é de 4, 6 ou 8 anos?

- 4 anos
- 6 anos
- 8 anos
- Não sei

7.5. Pelo que você sabe ou escutou falar, em qual das seguintes áreas o Governo Federal gastou MAIS dinheiro do Orçamento em 2013?

- Forças Armadas
- Previdência Social
- Cultura
- Saúde
- Não sei

8. Segue agora abaixo uma série de afirmações que se ouve na rua, na televisão, no rádio, entre amigos e familiares sobre política de modo geral. Você concorda ou discorda com estas afirmações?

	Discordo muito	Discordo	Concordo	Concordo Muito
8.1 Ao longo dos últimos anos, os negros têm recebido maior atenção do governo do que eles merecem.				
8.2 Mesmo que as pessoas se esforcem, muitas vezes eles não conseguem alcançar seus objetivos.				
8.3 A discriminação racial cria condições mais difíceis para os negros avançarem na vida.				
8.4 Todos os Brasileiros compartilham a norma de vencer na vida pelo esforço individual.				
8.5 Se determinados grupos de pessoas ficassem em seu lugar, teríamos menos problemas.				
8.6 O Brasil está preocupado de mais em tratar todas as pessoas de maneira igual.				
8.7 O Estado brasileiro deve ser o principal responsável pelo bem-estar das pessoas.				
8.8 Se os negros no Brasil se esforçassem mais, eles poderiam se sair tão bem quanto os brancos.				
8.9 As minorias deveriam ter mais espaço, mesmo que isto signifique deixar de lado uma maioria relevante.				

9. Na política, as pessoas falam muito de esquerda e de direita. Gostaria que usasse a escala de sete pontos abaixo para dizer como você se considera. 1 significa extrema esquerda, 2 esquerda, 3 centro-esquerda, 4 centro, 5 centro-direita, 6 direita e 7 extrema direita.

[Apresentar aqui uma escala de 7 pontos, com todos os pontos de 1 a 7. Indicar abaixo dos pontos: 1: extrema esquerda; 2: esquerda; 3: centro-esquerda; 4: centro; 5: centro-direita; 6: direita e 7: extrema direita.]

10. Segue novamente abaixo uma série de afirmações que se ouve na rua, na televisão, no rádio, entre amigos e familiares sobre as cotas raciais nas universidades federais. Você concorda ou discorda com estas afirmações?

	Discordo muito	Discordo	Concordo	Concordo Muito
10.1 As políticas afirmativas como a reserva de vagas para negros nas universidades é uma "importação" de política pública dos Estados Unidos que não se adéquam à realidade brasileira.				
10.2 A reserva de vagas para negros nas universidades ajuda a corrigir um erro do passado.				
10.3 A reserva de vagas para negros nas universidades ajuda a melhor representar a diversidade da sociedade brasileira.				
10.4 A reserva de vagas para negros nas universidades ajuda a melhor redistribuir as riquezas do Brasil.				
10.5 A reserva de vagas para negros nas universidades gera tensões raciais desnecessárias.				
10.6 A reserva de vagas para negros nas universidades não representa um sistema justo por que prejudica alunos que merecem ingressar na universidade.				
10.7 A reserva de vagas para negros nas universidades prejudica pessoas como você na hora de ingressar na universidade.				
10.8 A reserva de vagas para negros nas universidades deveriam ser criadas apenas para atender a pessoas de baixa renda e que frequentaram escola pública, independentemente da classificação racial.				

D. Para terminar gostaríamos de lhe fazer mais algumas perguntas sobre você e sua família:

11. A cor ou raça de seu pai é:

- Branca
- Preta
- Amarela
- Parda
- Indígena
- Não sei

12. A cor ou raça de sua mãe é:

- Branca
- Preta
- Amarela
- Parda

- Indígena
- Não sei

13. Identifique a sua cor na paleta de cores abaixo:



14. O Brasil é uma sociedade de alta diversidade étnica. Independentemente da sua cor, com qual ou quais desses grupos étnicos você se identifica?

- Brancos
- Negros
- Asiáticos
- Indígenas

## ANEXO II

## ANÁLISE DO BALANCEAMENTO DO GRUPO-CONTROLE E GRUPO-TRATADO

Tabela 1A: Lista Longa

Variável	Grupo-Controle (e.p.)	Grupo-Tratado (e.p.)	Diferença de médias estimadas
Mulher (em %)	56.8 (.03)	49.0 (.04)	-7.8 (.05)
Branco (em %)	84.4 (.02)	84.5 (.02)	0.1 (.04)
Renda (escala 1-16)	7.6 (.32)	7.9 (.35)	0.3 (.48)
Conhecimento Político (escala 0-5)	2.6 (.10)	2.6 (.10)	-0.03 (.14)
N	174	155	

Valores entre parênteses são erros-padrão.  
Significância: \* $p < .05$

Tabela 1B: Lista Curta

Variável	Grupo-Controle (e.p.)	Grupo-Tratado (e.p.)	Diferença de médias estimadas
Mulher (em %)	55.6 (.03)	59.7 (.04)	4.1 (.05)
Branco (em %)	83.4 (.02)	92.6 (.02)	9.2* (.03)
Renda (escala 1-16)	7.8 (.33)	7.5 (.35)	-0.3 (.49)
Conhecimento Político (escala 0-5)	2.8 (.10)	2.7 (.09)	-0.1 (.13)
N	169	149	

Valores entre parênteses são erros-padrão.  
Significância: \* $p < .05$

## ANEXO III

Tabela 1: Média estimada de apoio às cotas raciais na UFSC pelos autodeclarados brancos (LISTA CURTA)

	A	B	
	Grupo	Grupo	B – A
	Experimento	Pergunta Direta	
	Lista em %	em %	
	5.06	39.70	34.64
	(.123)		
<i>n</i>	300	136	

Números entre parênteses correspondem ao erro padrão.